



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

FACULDADE UnB PLANALTINA - FUP

GRADUAÇÃO EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

RARUY DAMASCENO RODRIGUEZ

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)
APROPRIADA AOS POVOS INDÍGENAS: O CASO DO PROJETO
“PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE MANDIOCA PELOS TERENA DA
ALDEIA ARGOLA”**

Brasília
2012

RARUY DAMASCENO RODRIGUEZ

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)
APROPRIADA AOS POVOS INDÍGENAS: “PRODUÇÃO
SUSTENTÁVEL DE MANDIOCA PELOS TERENA DA ALDEIA
ARGOLA”**

Relatório Final de Estágio Supervisionado
Obrigatório do curso de Gestão do
Agronegócio da Faculdade UnB Planaltina
para obtenção do diploma de graduação, sob
orientação da professora Dr(a) Mônica Celeida
Rabelo Nogueira.

Brasília
2012

AGRADECIMENTOS

Àquele que me fortalece por cuidar de mim e segurar meu coração.

À minha mãe pelo apoio nos momentos em que mais necessitei.

Ao meu padrasto pelo incentivo à contínua busca do conhecimento.

Aos meus irmãos pelos momentos de distração e aprendizado.

Ao meu pai por me ensinar a grande importância da paciência.

À minha avó materna por seu caráter indiscutível e por acreditar em cada passo que dei.

Aos meus familiares que mesmo de longe sempre torceram por meu sucesso.

Aos sempre insistentes amigos que suportaram minhas ausências e meus momentos de mau humor com lindos sorrisos e braços abertos.

Aos parceiros Terena da Aldeia Argola pela experiência inesquecível e inestimável.

À incansável e imprescindível Mônica Nogueira.

*Temos o direito à igualdade quando a diferença nos inferioriza
e o direito à diferença quando a igualdade nos descaracteriza.*

Boaventura de Sousa Santos

RESUMO

Devido à exiguidade das terras indígenas em áreas de Cerrado, causada em grande parte pelo crescente avanço de empreendimentos agropecuários sobre estados como o Mato Grosso do Sul, a garantia das práticas produtivas, culturais e sociais desses povos é afetada. Este relatório defende a necessidade da aplicação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) apropriada aos indígenas como ferramenta para garantia da sobrevivência física e cultural desses povos. O projeto “Produção Sustentável de Mandioca pelos Terena da Aldeia Argola”, da Terra Indígena (TI) Cachoeirinha, em Miranda – Mato Grosso do Sul é apresentado como estudo de caso. Resultado de parceria entre A Casa Verde e a Aldeia Argola; o projeto foi elaborado em outubro de 2011, com a participação efetiva de moradores da TI Cachoeirinha, visando o resgate da tradição Terena de produção de farinha de mandioca e a aplicação dos princípios do etnodesenvolvimento.

Palavras-chave: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Etnodesenvolvimento, Economia Indígena, Terena.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	10
1.2. SITUAÇÃO PROBLEMA	13
1.3. OBJETIVOS	13
1.3.1. Geral	13
1.3.2. Específicos	13
1.4. JUSTIFICATIVA	14
2. REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1. OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	16
2.2. O POVO INDÍGENA TERENA	17
2.3. PROJETOS VOLTADOS PARA POVOS INDÍGENAS	21
2.4. ECONOMIA INDÍGENA	23
2.5. ETNODESENVOLVIMENTO	24
2.6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)	24
3. EXPERIÊNCIA PRÁTICA	26
3.1. CARTEIRA INDÍGENA	26
3.2. VISITA A ALDEIA ARGOLA	28
4. METODOLOGIA	32
5. ANÁLISE	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
8. APÊNDICES	40

Índice de ilustrações

Figura 1. Estrutura Organizacional da entidade.	12
Figura 2. Mapa dos estados brasileiros em que se encontram os Terena.	18
Figura 3. Localização da TI Cachoerinha, do povo Terena, Miranda - MS.	18
Figura 4. Localização das Aldeias que compõem a Terra Indígena (TI) Cachoerinha - MS. ...	20

Índice de Tabelas

Tabela 1. Dados dos povos indígenas no Brasil.	16
Tabela 2. Terras Indígenas Terena por situação jurídica.	19

1. INTRODUÇÃO

O território brasileiro possui uma diversidade enorme de povos indígenas. Segundo o Censo Demográfico de 2010, são 305 etnias, número contabilizado de forma inovadora através do conceito de pertencimento étnico, ou seja, a partir do conjunto de pessoas que se declararam ou se consideram indígenas. O mesmo censo contabilizou também 274 línguas indígenas faladas no país. (IBGE, 2012). Estima-se que esses números fossem muito maiores antes da colonização. O etnólogo Curt Nimuendaju assinalou em seu mapa etno-histórico aproximadamente 1400 povos indígenas existentes no território que correspondia ao Brasil na época do descobrimento (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Considerando a importância da terra para os povos indígenas, Ramos (1986) afirma que a terra e seus recursos naturais pertencem às comunidades indígenas que os utilizam; se há fartura, todos têm benefícios, mas se há falta, todos sofrem. Anos após o contato dos indígenas com diversos outros povos é inevitável dizer que os indígenas vêm sofrendo com a exiguidade de seus territórios, sendo suas práticas produtivas, culturais e sociais ameaçadas devido a diversas invasões de terras e cercamento das suas comunidades. Diante destes fatos ressalta-se a relevância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) às comunidades indígenas, com intuito de que essas resgatem suas práticas e costumes tradicionais ou as adaptem às condições presentes, gerando novas sínteses para sua sobrevivência física e cultural.

O presente relatório baseia-se em projeto desenvolvido por meio de parceria entre a Casa Verde e a Aldeia Terena Argola, em Mato Grosso do Sul, com foco na plantação de mandioca e o processamento da mesma para fabricação de farinha de mandioca. Está dividido em seis seções, a primeira seção apresenta a organização em que ocorreu o estágio, a situação problema, os objetivos e a justificativa. A seção 2 apresenta a revisão de literatura acerca dos povos indígenas do Brasil, dos Terena, de projetos voltados para os povos indígenas, economia indígena, etnodesenvolvimento e Assistência Técnica Rural (ATER) voltada para os mesmos. A seção 3 apresenta a experiência prática e contém informações sobre a Carteira Indígena, fonte de financiamento do projeto, e a visita à aldeia Argola para sua elaboração; a seção 4 apresenta de forma detalhada a metodologia utilizada. E as seções 5 e 6 apresentam a análise e as considerações finais, respectivamente.

1.1. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A organização não governamental A Casa Verde é uma entidade que trabalha em defesa e valorização da diversidade cultural e ambiental, com ênfase para expressões populares dessa diversidade. A entidade foi fundada em 2001 por profissionais de áreas diversas, atuantes no combate à desertificação e no desenvolvimento de experiências de convivência com a seca no Brasil semi-árido.

Desde sua fundação até 2003, A Casa Verde desenvolveu trabalhos de assessoria à formulação de políticas públicas, com enfoque sobre a construção de processos participativos de elaboração de políticas de desenvolvimento e meio ambiente no nordeste; além de desenvolver campanhas de sensibilização, treinamento e capacitação de técnicos de organizações governamentais e não governamentais sobre desertificação e alternativas para seu combate.

Ainda em 2003, parte da equipe da Casa Verde licenciou-se para cargos e tarefas relacionadas à luta contra a desertificação no governo de alguns estados do nordeste e no Secretariado Internacional da Convenção de Combate à Desertificação. Tal mudança na entidade dinamizou um processo diversificação dos seus temas de interesse e espaço de inserção, acompanhada pelo ingresso de novos membros.

Ao ampliar seu enfoque geográfico para o desenvolvimento de atividades no Cerrado, a entidade passou também a atuar com a promoção da participação social, do fortalecimento institucional e empoderamento de povos indígenas, populações tradicionais, etc.; além de trabalhar, mais recentemente com integração da valorização da cultura popular, promoção da equidade de gênero e a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos.

Para a realização da sua missão, A Casa Verde busca:

- i. Promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos de povos indígenas, populações tradicionais e grupos de base comunitária relativos ao meio ambiente e à cultura;
- ii. Promover, realizar e divulgar pesquisas e estudos, organizar documentação e desenvolver projetos aplicados à defesa e valorização da diversidade cultural e ambiental brasileira, com ênfase sobre as expressões populares dessa diversidade;
- iii. Realizar e promover o intercâmbio de experiências, conhecimentos e informações para a defesa e valorização da diversidade cultural e ambiental brasileira;

- iv. Contribuir para o fortalecimento institucional de organizações de base comunitária, visando o desenvolvimento autônomo e a valorização dos diferentes modos de saber, fazer e viver característicos às suas respectivas comunidades;
- v. Desenvolver metodologias apropriadas, de caráter participativo, expressivo e interdisciplinar, para a elaboração de projetos, a realização de pesquisas e estudos, bem como para demais estratégias que visem à resolução de problemas que afetem aos povos indígenas, populações tradicionais e grupos de base comunitária;
- vi. Contribuir para o fortalecimento de articulações políticas de povos indígenas, populações tradicionais e grupos de base comunitária na defesa de seus direitos, assessorando e subsidiando diálogos com outros movimentos sociais, bem como a interlocução com os poderes constituídos e a participação direta desses atores sociais em espaços públicos, para o planejamento, monitoramento e execução de políticas de seu interesse;
- vii. Combater todas as formas de discriminação, racial, étnica e de gênero, enquanto formas de opressão e desrespeito aos direitos humanos fundamentais, bem como defender e promover a igualdade de direitos e a equidade de gênero. (A CASA VERDE, 2007).

Demais informações sobre a organização:

CNPJ: 04.377.324/0001-02

Endereço do escritório:

SCLRN, 715 Bloco G Loja 49 – Brasília-DF.

CEP: 70.710-500

Endereço da sede de campo:

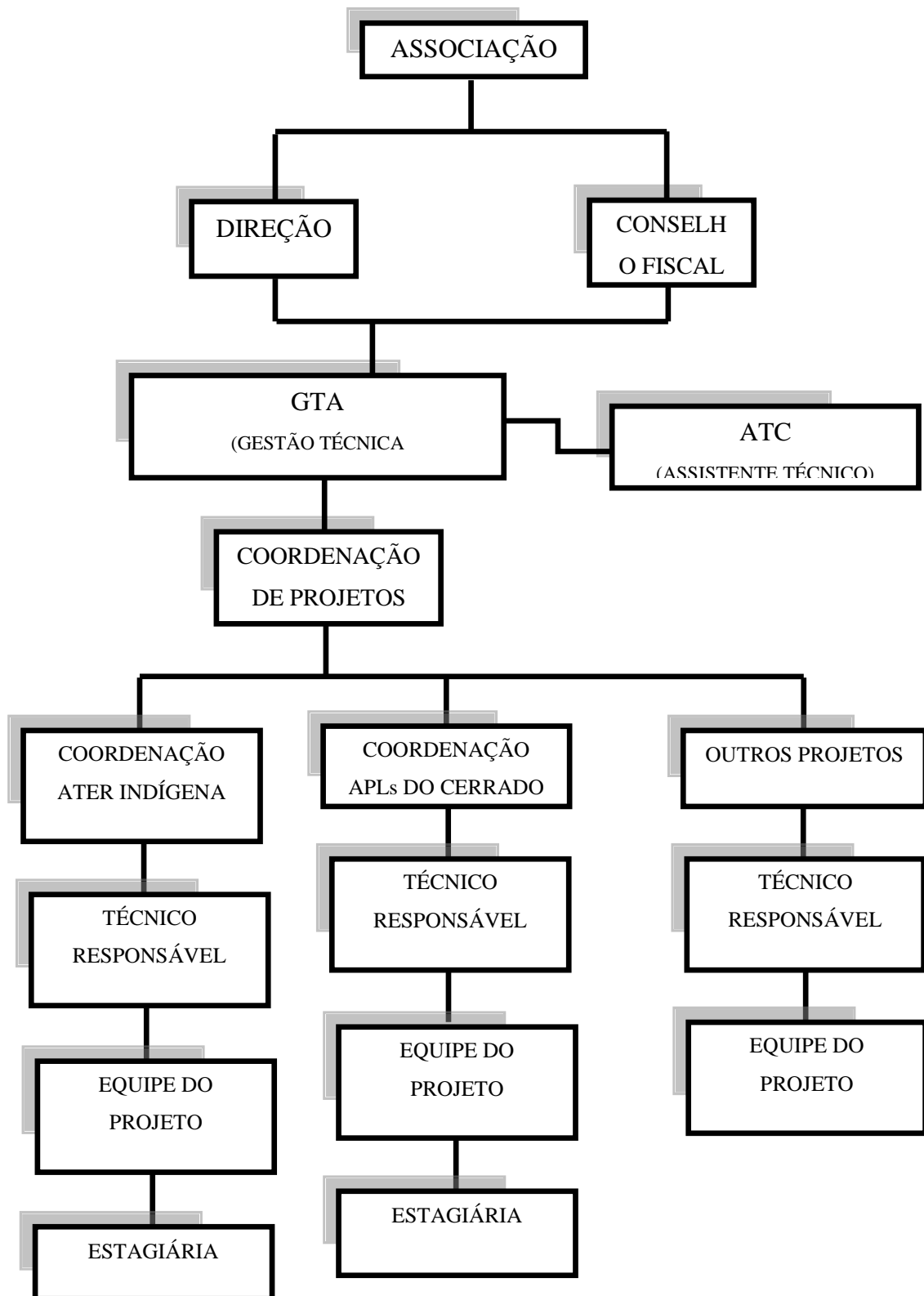
NRLO Rua 10, Chácara 233, Mezanino – Sobradinho-DF.

CEP:73.100-000

E-mail: contato@a-casa-verde.org.br

Home Page na Internet: <http://www.a-casa-verde.org.br/>

Figura 1. Estrutura Organizacional da entidade.



Fonte: França, 2011.

1.2. SITUAÇÃO PROBLEMA

As significativas alterações ocorridas entre os povos indígenas do Brasil, a partir do contato com o colonizador e os diversos povos que aqui chegaram, impõem inúmeros desafios à sobrevivência física e cultural desses povos. A redução dos territórios indígenas e a degradação de suas terras são, dentre os impactos do processo de contato, alguns dos mais negativos, pois finda por levar os indígenas a uma crescente dependência da sociedade nacional. Os povos indígenas que se encontram fora da Amazônia são os que têm terras mais exíguas e degradadas, o que os impede de manter suas práticas tradicionais de produção. Esse é o caso do povo indígena Terena, cujas terras encontram-se nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Nesse contexto, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Indígena torna-se necessária. A ATER apropriada aos povos indígenas deve estar de acordo com os princípios do etnodesenvolvimento, de modo a garantir o devido respeito às suas particularidades culturais e a promoção da autonomia de cada povo.

Assim, a situação problema que deu origem a esse relatório foi: como aplicar os princípios do etnodesenvolvimento no caso Terena, especificamente entre os moradores da Aldeia Argola, Terra indígena Cachoeirinha, localizada em Miranda, Mato Grosso do Sul.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Geral

- Aplicar os princípios do etnodesenvolvimento na elaboração do projeto “Produção Sustentável de Mandioca pelos Terena da Aldeia Argola”, promovendo assim, a retomada da produção dessa espécie, conforme a tradição agrícola dos Terena.

1.3.2. Específicos

- Promover a mobilização e ampla participação dos moradores da Aldeia Argola na concepção e planejamento do projeto em questão;
- Promover a conversão agroecológica dos Terena para a recuperação do solo e a produção de mandioca em consórcio com outras espécies;
- Reforçar iniciativas já existentes entre os Terena, buscando o etnodesenvolvimento dessa comunidade, a exemplo da Feira Semanal Terena;

- Promover a perspectiva da soberania alimentar entre os Terena.

1.4. JUSTIFICATIVA

O crescimento demográfico associado à restrição de espaços territoriais indígenas e a pressão externa acrescida de degradação ambiental realizada por não-índios ao redor destes espaços causa redução significativa do estoque de recursos naturais sob controle autônomo dos indígenas. São nessas ocasiões que as comunidades indígenas buscam alternativas de sustento fora de suas terras, servindo como mão-de-obra em fazendas, garimpos, seringais, atividades madeireiras, etc. (PAULA, 2010).

Muitas comunidades indígenas contam com a parceria de instituições como Organizações Não Governamentais (ONGs), que as auxiliam em diversos projetos a fim de manter e fortalecer a busca para manter seus costumes e melhorarem suas condições de vida.

As ações de Assistência Técnica e Extensão Rural devem oferecer apoio às ações produtivas e de gestão dos povos indígenas (ARAUJO, 2010). Projetos voltados para o desenvolvimento, neste caso, particularmente o etnodesenvolvimento das populações indígenas, se mostram um campo importante se considerarmos a relevância da permanência e gestão de suas terras para o país.

Com o reconhecimento do direito à posse das terras, habitadas tradicionalmente pelos índios, e usufruto exclusivo dos recursos naturais que nela existe, Barreto Filho (2003) diz que para haver garantia da existência presente e futura dos povos indígenas, onde o direito à diversidade étnica e cultural se assenta, há necessidade de avaliar as terras e os recursos ali presentes como suporte da identidade sociocultural dos povos indígenas.

Desta maneira, os projetos elaborados no contexto indígena devem refletir as particularidades culturais de cada etnia, procurando manter cultura, costumes e tradições de um povo. Mas Luciano (2008) destaca que, em grande parte dos casos, os projetos são orientados por ideias dos não-índios, impondo estruturas de poder, utilizando conceitos, lógicas e técnicas que quebram a autonomia e a autoridade tradicional.

Assim, a busca do sucesso das ações de ATER Indígena deve ser feita através de projetos voltados para etnodesenvolvimento, feitos conjuntamente com os povos indígenas para que haja plena garantia das condições de vida dessa população. Neste tocante, o projeto

aqui apresentado exemplifica a busca de uma atuação conjunta com os Terena da aldeia Argola através da aplicação dos princípios do etnodesenvolvimento.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

De acordo com a historiografia oficial, o Brasil foi descoberto no ano de 1500 através de frota comandada por Pedro Álvares Cabral. Desde então, os povos que habitavam a terra, hoje denominada brasileira, entraram em contato com diversos povos que aqui chegaram, como os europeus, os escravos, os imigrantes árabes, japoneses, etc. Com dados do Censo de 2010, a FUNAI (2012a) destaca que esses povos são aproximadamente 0,4% da população brasileira. A tabela abaixo apresenta uma breve comparação da população e das línguas indígenas no Brasil, no passado e no presente.

Tabela 1. Dados dos povos indígenas no Brasil.

Épocas	População	Idiomas falados
Antes da colonização	1 a 10 milhões*	1300
2010	817,9 mil	274

* Dados estimados

Fonte: Elaborada pela autora com dados da FUNAI (2012a) e IBGE (2012).

No Brasil há, então, uma rica diversidade de povos, que têm suas particularidades; entre história, cultura, idioma, costumes, inserção na sociedade, entre outros. Ao longo da história brasileira, saberes e tradições indígenas foram deixando de ser exclusivos dos seus povos originais.

Dentre as consequências para os povos indígenas, pode-se falar da posse da terra. Atualmente, a Constituição de 1988 garante no seu artigo 231 que cabe à União demarcar e proteger as terras reservadas aos índios. Essas são habitadas em caráter permanente por comunidades indígenas, as quais desenvolvem atividades produtivas e proporcionam o bem estar de acordo com os costumes e tradições. O intuito maior da Constituição da Federal foi recompensar os prejuízos socioculturais que os índios brasileiros sofreram e continuam sofrendo até os dias atuais (VERDUM, 2006; MIRANDA; JORDÃO, 2005).

Assim sendo, o território indígena, a terra propriamente dita, é fundamental para os povos indígenas para continuidade de suas práticas produtivas, culturais e sociais, segundo suas tradições e costumes. Mas há grande desigualdade com relação aos direitos dos povos

indígenas e dos setores com interesses contrários; havendo, portanto, violações de direitos humanos, através de trabalho escravo, invasão de terras, cercamento das comunidades indígenas, entre outros; e muitos desses casos envolvem figuras políticas que não medem esforços para alcançar seus objetivos, fazendo assim da luta pelos direitos indígenas uma espécie de jogo onde os objetivos do adversário ficam cada vez mais distantes por ser um jogo injusto. Oliveira (2011) cita que são diversos os casos em que terras indígenas demarcadas e homologadas são invadidas por grandes empreendimentos agropecuários que possuem o objetivo de estabelecerem unidades produtivas.

2.2. O POVO INDÍGENA TERENA

Os Terena têm sua própria versão sobre a origem de sua gente. De acordo com Bittencourt e Ladeira (2000), assim foi expressa a criação dos povos Terena por professores da Aldeia Cachoeirinha, em 1995:

Havia um homem chamado Oreka Yuvakae. Este homem ninguém sabia da sua origem, não tinha pai, nem mãe, era um homem que não era conhecido de ninguém. Ele andava caminhando no mundo. Andando num caminho, ouviu grito de passarinho olhando como que com medo para o chão. Este passarinho era o bem-te-vi.

Este homem, por curiosidade, começou chegar perto. Viu um feixe de capim, e embaixo era um buraco e nele havia uma multidão, eram povos terena. Estes homens não se comunicavam e ficavam trêmulos, Aí Oreka Yuvakae, segurando em suas mãos tirou eles todos do buraco.

Oreka Yuvakae, preocupado, queria comunicar-se com eles e ele não conseguia. Pensando, ele resolveu convocar vários animais para tentar fazer essas pessoas falarem e ele não conseguia.

Finalmente ele convidou o sapo para fazer apresentação na sua frente, o sapo teve sucesso pois todos esses povos deram gargalhada, a partir daí eles começaram a se comunicar e falaram para Oreka Yuvakae que estavam com frio (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 22,23).

Historicamente, a estrutura social dos povos Terena era dividida em grupos distintos. Kauti (o grupo dos cativos – obtidos na guerra), naati (o grupo dos chefes) e wagherê-txané (gente comum) (OLIVEIRA, 1968).

De acordo com dados divulgados pelo Censo Demográfico de 2010, os Terena estão entre as cinco etnias com maior número de indígenas no Brasil, com uma população de 28.845 indivíduos. (IBGE, 2012). Atualmente o povo Terena está localizado nos estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, conforme figura a seguir.

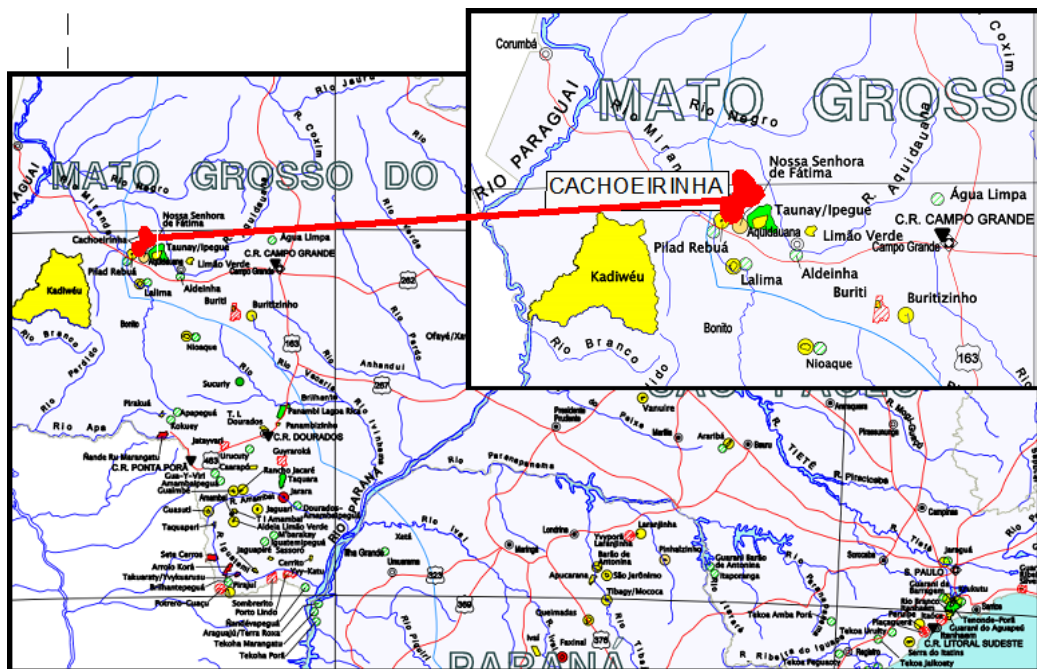
Figura 2. Mapa dos estados brasileiros em que se encontram os Terena.



Fonte: Elaborado pela autora.

Para os fins deste relatório, será feita referência aos Terena da Terra Indígena (TI) Cachoeirinha, localizada no município de Miranda (MS).

Figura 3. Localização da TI Cachoeirinha, do povo Terena, Miranda - MS.



Fonte: FUNAI (2012b), com adaptações da autora. Desenho sem escala gráfica.

A TI Cachoeirinha, segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2012 a) tem uma área de 36.263 hectares e uma população de 4.920 pessoas, e é uma das 17 TIs Terena, como mostra a Tabela 02, abaixo. Esta TI contém seis aldeias dispostas em seu território, são elas: Argola, Babaçu, Cachoeirinha, Lagoinha, Mãe Terra¹ e Morrinho.

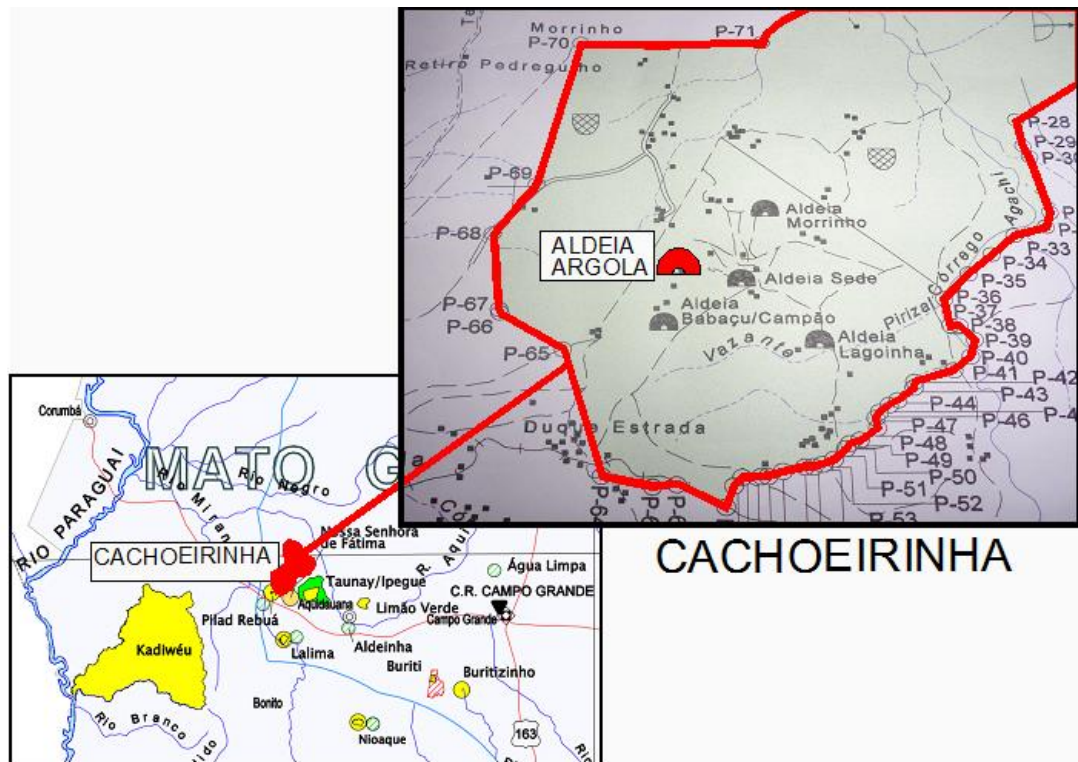
Tabela 2. Terras Indígenas Terena por situação jurídica.

Terra	Situação Jurídica Atual
Água Limpa	EM IDENTIFICAÇÃO.
Aldeinha	EM IDENTIFICAÇÃO/REVISÃO.
Araribá	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.
Buriti	DECLARADA
Buritizinho	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.
Cachoeirinha	Declarada (suspensa parcialmente por liminar da Justiça)
Dourados	RESERVADA/SPI. REG CRI.
Icatu	HOMOLOGADA.
Kadiwéu	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.
Lalima	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.
Lima Verde	HOMOLOGADA. REG CRI.
Nioaque	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.
Nossa Senhora de Fátima	DOMINIAL INDÍGENA.
Pilade Rebuá	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.
Taunay/Ipegue	IDENTIFICADA/APROVADA/FUNAI. SUJEITA A CONTESTAC.
Terena Gleba Iriri	RESERVADA. REG SPU.
Umutina	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.

Fonte: ISA (2012b).

¹ A Aldeia Mãe Terra ainda está em processo de reconhecimento, por isso não consta no mapa abaixo.

Figura 4. Localização das Aldeias que compõem a Terra Indígena (TI) Cachoerinha - MS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em mapas da FUNAI (2003; 2012b). Desenho sem escala gráfica.

Entre 1864 e 1870, o povo Terena se envolveu na Guerra do Paraguai. Oliveira (1968) afirma que depois deste contato foram sentidos efeitos do contato interétnico e significativa alteração da situação Terena. A partir desse momento histórico o povo Terena sofre com perda substancial de seu território, já disputado devido aos Terena buscarem refúgio em outras localidades em consequência da Guerra.

A perda de territórios pelos Terena de Mato Grosso do Sul contribuiu para desequilíbrios dos sistemas de auto-sustentação dos seus ambientes, sendo verificados redução e degradação de recursos naturais, como empobrecimento do solo agriculturável, perda da biodiversidade, degradação dos recursos hídricos, concentração de resíduos sólidos, etc. (VARGAS *et al.*, 2012).

Oberg (*apud* GARCIA, 2008. p. 23) afirma que, com a prática da agricultura, os Terena garantiam a base de sua subsistência e sobrevivência no Chaco², enquanto Carvalho (*apud* GARCIA, 2008. p. 78) enfatiza que índios Terena possuíam uma agricultura diversificada, plantavam milho, cana, mandioca, arroz, etc. Miranda e Jordão (2005) chegam mesmo a afirmar que a agricultura é a atividade definidora do *ethos* da etnia Terena, tamanha

² Região pertencente à grande depressão do rio Paraguai superior.

a sua importância para esse povo. Dentre as espécies mais cultivadas pelos Terena está a mandioca, base para a produção de pratos típicos como o poreú (mingau), lapapé (bolo), hihi (bolo de mandioca embalado em folha de bananeira) e o yuma (polvilho) (CANDIDO *et al.*, 2012).

Porém a falta e a degradação das terras Terena são obstáculos à continuidade da agricultura. O que conseqüentemente faz que parte da população busque atividades fora de suas terras: servir como mão de obra em fazendas agropecuárias e usinas de cana de açúcar são as atividades mais recorrentes. Portanto, a população Terena necessita de ATER apropriada para que possa recuperar áreas degradadas e voltar a produzir em quantidade e qualidade para sua população.

2.3. PROJETOS VOLTADOS PARA POVOS INDÍGENAS

Desde a década de 1970, o Brasil possui um movimento indígena; um esforço conjunto e articulado de lideranças, povos e organizações indígenas objetivando uma agenda comum de luta. Tal movimento, articulado e apoiado por seus aliados que conseguiu convencer a sociedade brasileira e o Congresso Nacional Constituinte a aprovar em 1988, os direitos indígenas na atual Constituição Federal (LUCIANO, 2006).

Nessa mesma década é possível afirmar que a “categoria índio” era utilizada somente pelos demais brasileiros para designar genericamente os povos nativos do país. Já entre 1974 e 1980, devido às várias assembleias de chefes indígenas realizadas em diferentes regiões do país, finalmente o termo “índio” foi assumido, passando a ser usado pelos próprios índios, para expressar objetivos e estratégias comuns (ROCHA, 2003).

O então reconhecimento formal do direito à organização e à representação própria dos indígenas, firmado na Constituição de 1988 representou o impulso definitivo para o processo de auto-organização dessas sociedades, para o surgimento e a multiplicação de entidades indígenas e sua articulação em redes e movimentos de abrangência regional, nacional e internacional; e a articulação indígena não parou de crescer (VERDUM, 2002).

Portanto, é possível entender que a organização dos povos indígenas, a partir do momento de aceitação da categoria “índio”, juntamente com as parcerias estabelecidas, foi sendo modificada de acordo com os instrumentos e as tecnologias do mundo não indígena. Entretanto, este fato não é sinônimo de que esses povos estejam deixando de lado seus valores

e tradições que fazem o “índio” tão singular. Luciano (2006) diz que essas novas formas estão sendo utilizadas para defesa de direitos, fortalecimento de modos próprios de vida e melhoria de condições de vida.

Isto não significa tornar-se branco ou deixar de ser índio. Ao contrário, quer dizer capacidade de resistência, de sobrevivência e de apropriação de conhecimentos, tecnologias e valores de outras culturas, com o fim de enriquecer, fortalecer e garantir a continuidade de suas identidades, de seus valores e de suas tradições culturais (LUCIANO, 2006, p. 60).

A esse respeito e considerando a diversidade de povos indígenas do Brasil, Darcy Ribeiro (2010, p. 34) afirma: “preciso deixar claro que não existe um índio genérico, cuja língua, usos e costumes sejam comuns e coparticipados. Há índios e índios, mais diferentes que semelhantes uns dos outros”.

Portanto, os projetos com foco indígena devem apresentar distinções de acordo com seus ideais, procurando manter cultura, costumes e tradições. Luciano (2008) cita que durante sua pesquisa de mestrado, as dificuldades encontradas são resultados da inadequação de propostas e programas; são, portanto, desencontros entre realidades e racionalidades distintas:

[...] o entendimento que se tem de políticas de desenvolvimento por parte dos planejadores não indígenas e as diferentes matrizes socioculturais dos povos indígenas. O primeiro desafio, portanto, é de ordem cultural e política. Cultural porque sempre se ignoram os conhecimentos, os valores e as tradições locais indígenas; política, porque as políticas públicas ainda revelam uma acentuada concepção dos índios como seres primitivos, ainda em evolução, relativamente incapazes, que precisam ser enquadrados e integrados à civilização branca (LUCIANO, 2008, p.36).

O mesmo autor cita que os projetos são orientados por princípios que dizem respeito aos ideais brancos e impõe estruturas de poder; utilizando ainda conceitos que não encontram eco nas dinâmicas sociais tradicionais, lógicas administrativas, burocráticas e técnicas que quebram ou concorrem com a autonomia e autoridade tradicional (LUCIANO, 2008). Assim sendo, os costumes, valores e os conhecimentos tradicionais foram sendo substituídos por costumes, valores e conhecimentos dos brancos, não sempre de modo automático ou pacífico; o que gera contradições no modo de vida dos índios e nas perspectivas de futuro dos mesmos, gerando uma mistura de interesses e estratégias consideradas uma espécie de integração. Entretanto, ainda segundo Luciano (2006, p. 203): “os índios desejam a integração em diferentes níveis e modalidades, desde que ao seu modo e de acordo com o seu tempo, e o homem branco é que precisa conhecer a realidade indígena e aprender a se adaptar a ela”.

2.4. ECONOMIA INDÍGENA

Desta maneira, se por um lado, o contato com diversos povos trouxe mudanças em relação à ocupação das terras indígenas devido a invasões, cercamento, etc.; e trouxe também ideais brancos para dentro das comunidades indígenas, por outro lado, esse mesmo contato trouxe a introdução de formas de ATER por parte do governo e de instituições como ONGs ligadas às comunidades indígenas. Contudo, é preciso explicitar que as formas de ATER necessitam ser direcionadas para as particularidades das populações indígenas ou acabará por se tornar um assistencialismo puramente voltado para as vontades dos não-indígenas, onde o poder de decisão, da parte mais interessada, em relação à definição e ao andamento de projetos no âmbito indígena será apenas uma vontade não efetiva dessas populações.

O assistencialismo tem sido historicamente a melhor opção para a política de dominação, de pacificação e de integração dos povos indígenas no Brasil, como alternativa à política de extermínio e limpeza étnica no processo de formação do Estado brasileiro (LUCIANO, 2006, p.198).

Estes projetos junto às comunidades indígenas têm um viés econômico devido à necessidade de incentivo e apoio a comercialização de produtos indígenas, é possível destacar, segundo Schroder (2003), que a organização econômica indígena está sempre inter-relacionada com outras áreas de sua cultura (meio ambiente físico e biótico; organização social, organização política e cosmologia).

Segundo Luciano (2006), são características das economias indígenas o fato de elas estarem fundamentalmente associadas e interdependentes em relação às dinâmicas de organização social; de estarem voltadas para suprir as necessidades vitais (físicas, sociais e espirituais) e de representarem uma enorme diversidade relacionada a condições naturais, sociais e políticas. E seus fundamentos estão relacionados então com os valores morais, éticos e religiosos tradicionais. Tendo toda a atividade econômica a função de garantir o bem-estar das pessoas e das coletividades.

Economia indígena refere-se às questões que envolvem a subsistência e o etnodesenvolvimento socioeconômico sustentável dos povos indígenas na perspectiva de autonomia econômica e significa promover iniciativas produtivas ou exploratórias dos recursos naturais de forma econômica, social, cultural e politicamente sustentável (LUCIANO, 2006, p.189).

2.5. ETNODESENVOLVIMENTO

Assim, é possível chegar ao conceito de etnodesenvolvimento. Este emergiu no debate latino-americano mais consistentemente em 1981, na cidade de São José da Costa Rica (VERDUM, 2002).

De acordo com Stavenhagen (*apud*, AZANHA, 2002, p. 31): “o etnodesenvolvimento significa que a etnia, autóctone, tribal ou outra, detém controle sobre suas próprias terras, sobre seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seu interesse.” Sendo seus princípios: priorizar as necessidades básicas coletivas ao invés do crescimento econômico; resgatar a visão indígena endógena, como resposta prioritária à resolução dos problemas e das necessidades locais; valorizar e usar conhecimentos e tradições locais para a solução dos problemas; almejar auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal; e, por fim, realizar ações de integração de bases com atividades participativas.

Ao se considerar então a organização indígena em articulação com as técnicas e tecnologias de políticas voltadas para esses povos há riscos de perda de identidade, sobretudo se essas políticas não forem voltadas para os interesses da comunidade indígena em questão.

2.6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

Diante das condições atuais vivenciadas pelos povos indígenas no Brasil, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), tornou-se necessária. Porém, devido às particularidades de cada povo indígena é preciso que haja uma permanente avaliação das políticas voltadas para os povos assistidos.

Como consta a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2007), os serviços de ATER foram iniciados no país no final da década de quarenta, com objetivo de promover melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. Esta política procura assegurar aos agricultores familiares, extrativistas, indígenas, quilombolas e outros públicos o acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural pública.

As atividades da ATER Indígena começaram em 2004 e tem princípios voltados para o etnodesenvolvimento, considerando a busca de melhoria da condição de vida a diversas populações tradicionais.

Quando à realização de projetos em âmbito indígena, Ricardo Verdum diz que:

o estabelecimento de parcerias e convênios entre órgãos de pesquisa e assistência técnica (governamentais e não-governamentais) e as organizações executoras dos projetos cria e fortalece a organicidade entre a geração de conhecimento e sua disseminação e aplicação. Isso também possibilita maior controle social sobre os resultados das pesquisas realizadas. A definição e implementação de estratégias que induzam à articulação de experiências similares contribuem para o fortalecimento e a sustentabilidade tanto das experiências individuais quanto das políticas de manejo sustentável e de proteção dos recursos naturais nas áreas de floresta (VERDUM, 2002, p. 95, 96).

A necessidade de um perfil diferenciado pela instituição realizadora das atividades de ATER Indígena é uma dificuldade encontrada devido à necessidade de conhecimento da cultura indígena e necessidade de realização dos trabalhos com base nos princípios de etnodesenvolvimento (FERRARI, 2010).

Desta forma, é imprescindível o entendimento de que o sucesso das ações de Assistência Técnica e Rural Indígena dependem não somente de uma política de ATER voltada para os interesses dos povos indígenas, mas de uma atuação conjunta a esses povos, uma vez que todo o trabalho deve ser feito segundo os costumes e tradições de cada etnia, para que essa não resulte em puro assistencialismo.

Portanto, estamos entendendo a ATER como política pública capaz de oferecer aos povos indígenas brasileiros, diante dos desafios da interação com a sociedade nacional, apoio às suas próprias ações produtivas e de gestão. De modo a garantir o usufruto exclusivo não somente pelo viés da proteção e vigilância com a repressão às ameaças externas às Terras Indígenas, mas também pelo viés da promoção do que cada povo entende por qualidade de vida (ARAÚJO, 2010, p. 70).

As políticas de ATER junto às comunidades indígenas, através de projetos voltados para etnodesenvolvimento, são então ferramentas para melhoria da economia indígena, garantindo conforto e satisfação, que são desejos prevalentes e principais fatores a serem considerados por essas comunidades e pelo técnico não-indígena que necessita ser conhecedor da realidade indígena para trazer mais sucesso às ações de ATER.

O etnodesenvolvimento se mostra, portanto, uma noção ímpar a ser considerada na parceria com as comunidades indígenas, servindo como orientação para ações de ATER

Indígena, valorizando as diferenças socioculturais de cada povo. Para Luciano (2006) a tarefa primordial é a garantia de voz e poder de decisão aos índios na definição de seus projetos. De modo que eles sejam sujeitos efetivos de suas decisões.

3. EXPERIÊNCIA PRÁTICA

3.1. CARTEIRA INDÍGENA

Antes de relatar a experiência prática junto aos Terena de Miranda é necessário fazer uma introdução sobre a Carteira Indígena, fonte de financiamento do projeto elaborado, que constitui objeto deste relatório.

A Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas – Carteira Indígena (CI) – é uma ação do governo federal, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A Carteira apoia projetos com foco na produção de alimentos, agroextrativismo, artesanato, gestão ambiental e revitalização de práticas e saberes tradicionais associados às atividades de auto-sustentação das comunidades indígenas; com respeito às suas identidades culturais, estímulo a sua autonomia e preservação e recuperação do ambiente das terras indígenas.

O objetivo da Carteira Indígena é apoiar e promover a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas em todo o território nacional; contribuindo assim para a garantia do direito humano à alimentação adequada, por meio do apoio e promoção ao desenvolvimento de práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, à gestão ambiental e ao uso sustentável da biodiversidade das terras indígenas, buscando, contudo, o respeito às entidades culturais indígenas, o estímulo ao resgate, à valorização, à manutenção e revitalização de seus conhecimentos tradicionais e ao fortalecimento da sua autonomia (BRASIL, 2009).

A Carteira recebe projetos com foco nas seguintes linhas temáticas:

- (a) apoio a atividades econômicas sustentáveis;
- (b) apoio à realização e fortalecimento de práticas, rituais e saberes tradicionais associados à auto-sustentação econômica dos povos indígenas;
- (c) apoio à gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas;

- (d) fortalecimento institucional das organizações e associações comunitárias indígenas;
- (e) apoio à consolidação e integração de atividades econômicas sustentáveis e gestão ambiental (BRASIL, 2009).

Os projetos com apoio da Carteira podem receber valores de até 300 mil reais, tendo duração máxima de trinta e seis meses. Por esse motivo os projetos precisam apresentar cronograma com as etapas a serem executadas dentro do prazo (BRASIL, 2009).

Para tal, os projetos devem ser apresentados, preferencialmente, por organizações indígenas, como associações comunitárias de povos, aldeias, terras indígenas; organizações regionais e estaduais indígenas, entre outras organizações indígenas com registro no CNPJ, desde que seus objetivos declarados em seus estatutos sejam compatíveis com os princípios da Carteira Indígena. Porém, quando a comunidade indígena não possuir sua própria associação e não puder recorrer a uma organização indígena, ou até mesmo preferir apresentar seu projeto através de organizações não indígenas, os projetos podem ser apresentados por organizações não governamentais (ONGs) indigenistas e socioambientalistas, universidades e centros de pesquisa, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde que seus objetivos sejam compatíveis com os princípios da Carteira Indígena (BRASIL, 2009).

Neste sentido, a organização que apresenta o projeto é chamada de *proponente*; e a comunidade que vai executar as ações do projeto é chamada de *executora*. Sendo a proponente responsável legal pelo projeto junto ao Ministério do Meio Ambiente e PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Os procedimentos de recebimento dos projetos pela Carteira Indígena podem ser dar de duas formas: por demanda espontânea e por editais. Ambas as formas passam pelo Comitê Gestor da CI. Em 2009, porém, o MMA suspendeu a demanda espontânea, passando a receber apenas projetos por editais.

Em agosto de 2011, o Ministério do Meio Ambiente divulgou a Chamada para Projetos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (GATI). Com o objetivo de apoiar pequenos projetos de manejo, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, de modo a contribuir para a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas pertencentes às áreas de referência do GATI (BRASIL, 2011).

O projeto “Produção Sustentável de Mandioca pelos Terena da Aldeia Argola” foi elaborado em resposta a esse edital, numa parceria entre A Casa Verde e os moradores da Aldeia Argola. A Casa Verde já possui um histórico de parceria com o povo Terena; essa parceria teve início no ano de 2006, quando os Terena se inseriram na MOPIC – Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado. A Casa Verde prestou assessoria à MOPIC nos anos de 2006 e 2007 auxiliando atividades de articulação política, planejamento de ações conjuntas e consolidação desse coletivo. Em 2009, através da elaboração do projeto “Iniciativas Econômicas Sustentáveis nas Terras Indígenas do Cerrado”, um dos públicos beneficiários foi a TI Cachoeirinha, através das aldeias: Cachoeirinha, Argola e Babaçu. O projeto está em execução e tem como foco, junto aos Terena, o desenvolvimento da cadeia da cerâmica produzida por esse povo.

Considerando a TI Cachoeirinha como área de referência na chamada do GATI e o histórico de parceria da A Casa Verde com o povo Terena, foi desenvolvido, então, o projeto junto aos moradores da Aldeia Argola, intitulado pelo próprio povo Terena “Produção Sustentável de Mandioca pelos Terena da Aldeia Argola”.

Através do contato já existente, a aldeia Argola, solicitou à Casa Verde para ser sua proponente, uma vez que a comunidade executora não possui associação própria e as organizações indígenas existentes na TI Cachoeirinha estão irregulares ou inativas.

3.2. VISITA A ALDEIA ARGOLA

Evidentemente a agricultura realizada hoje pelos Terena se encontra bem diferente que a agricultura praticada antes da Guerra do Paraguai devido principalmente à perda de território, como venho discorrendo ao longo deste trabalho. A região da TI Cachoeirinha é atualmente cercada por fazendas, grande parte de suas terras foi tomada para a criação de gado e para plantações, principalmente de soja, colocando em foco problemas ambientais e de abastecimento alimentar. Tomado esse fato, e considerando que a prática agrícola para os Terena é fundamental para aspectos de subsistência e aspectos econômicos, podemos inferir que seu principal meio de sustento, a terra, além de ter sido muito reduzida, teve seu solo exaurido, afetando altamente as necessidades que ela supria.

Outro ponto crucial a ser considerado é a falta de conhecimentos por parte dos indígenas e a falta de ATER para trabalhar questões relacionadas ao solo exaurido. Esse fator,

atrelado à restrição territorial, tem provocado a evasão de indígenas para o trabalho em fazendas e usinas de cana devido à baixa geração de renda dentro da comunidade.

Como foi levantado no projeto enviado à CI, os fatores acima citados têm gerado discussões internas nas comunidades, que criaram recentemente uma iniciativa que consiste na realização de uma feira semanal, principalmente de produtos agrícolas, dentro da Terra Indígena. Os Terena acreditam que essa ação ajudará a resolver a problemática relativa à circulação dos produtos alimentícios, já que há produção, porém há dificuldade de escoamento.

Desta forma, o projeto foi mediado com foco na produção de farinha de mandioca, trabalhando assuntos de interesse da comunidade, de modo a buscar diversificação das frentes de geração de trabalho e renda dos Terena da Aldeia Argola, assim como buscar a promoção a segurança alimentar dessa comunidade; baseando-se em princípios do etnodesenvolvimento, considerados cruciais para a continuidade das práticas culturais da comunidade em questão.

Para garantir melhor qualidade de vida; a continuidade, melhora e resgate das práticas de agricultura são, desta forma, imprescindíveis para a subsistência e para atividades econômicas dos Terena. Mas devido à pequena área em que os Terena de Miranda estão confinados, há um comprometimento da agricultura devido a exaustão do solo, atrelado a restrição territorial dos Terena.

A partir da decisão tomada de resgate da produção de farinha de mandioca pelos Terena, a recuperação do solo é imprescindível, no tocante do objetivo do plantio de 20 hectares de mandioca, a ser realizado com o uso de técnicas de consorciamento e adubagem verde, a fim promover uma conversão agroecológica dos produtores terena; como também o plantio de outras espécies que servirão de fonte de subsistência para as comunidades da TI Cachoeirinha. Foi previsto no projeto a contratação de um técnico especializado na recuperação de solos a fim de que este contribua para solução dos problemas relacionados à prática agrícola.

Durante visita à aldeia Argola, nos dias 29 e 30 de Outubro de 2011 ponderações a respeito do cronograma das etapas relevantes a serem inseridas no projeto foram feitas juntamente com membros do Comitê Gestor da aldeia, este Comitê é formado por membros da TI Cachoeirinha com intuito de que todas as atividades por ele definidas possam trazer feitos à comunidade. Este Comitê, portanto, sugeriu as seguintes atividades para aplicação:

(a) análise do solo;

- (b) preparação do solo - aragem;
- (c) adubagem e plantio das mudas de mandioca;
- (d) levantamento da estrutura do galpão necessário para o processo de preparo da farinha;
- (e) instalação do telhado do galpão;
- (f) compra e instalação de equipamentos para plantio e processamento;
- (g) colheita;
- (h) processamento da mandioca para produção de farinha (limpeza, ralagem, prensa, torragem, embalagem); e
- (i) escoamento da produção.

Ressalta-se que os possíveis benefícios advindos do projeto trarão melhorias ambientais quanto aos problemas do solo, através de recuperação e adubação orgânica, gerando benefícios em longo prazo. Benefícios quanto ao abastecimento alimentar devido ao impasse na questão fundiária da TI Cachoeirinha, que vive situação de conflitos iminentes com pecuaristas. Além de buscar aprimoramento e fortalecimento da iniciativa da feira comunitária através da participação dos Terena em feiras municipais, estaduais e nacionais, buscando um processo de autonomia dos mesmos voltado para a geração de renda das comunidades, além ainda do resgate de atividades culinárias pelas mulheres Terena com a criação de pratos típicos da culinária Terena. Espera-se através do fortalecimento da feira comunitária uma futura articulação com a Feira Nacional de Agricultura Familiar (FENAFRA) e possível acesso à políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que adquire alimentos, com isenção de licitação e por preços de referência, destinados à pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destinado à melhoria da alimentação dos alunos das escolas públicas brasileiras, com ênfase em segurança alimentar.

Para que o projeto “Produção Sustentável de Mandioca pelos Terena da Aldeia Argola” pudesse ser avaliado dentro do valor estimado para financiamento da Carteira Indígena, foi necessária a busca de valores de máquinas e insumos para auxiliar os Terena na produção, bem como a contratação de técnicos especializados para acompanhamento dos Terena no processo em questão, embalagens e meios de divulgação para o produto já pronto

através da elaboração de um orçamento³ feito com a participação de membros do Comitê Gestor da comunidade, já que esta traz consigo os conhecimentos do processo tradicional de agricultura de seu povo.

Após os dois dias de trabalho intenso junto à aldeia Argola, o projeto finalizado e devidamente assinado pelos membros do Comitê Gestor foi enviado, já em Brasília, ao Ministério do Meio Ambiente.

³ Os dados respectivos ao orçamento do projeto encontram-se nos apêndices, ao final deste trabalho, com a própria versão do projeto “Produção Sustentável de Mandioca pelos Terena da Aldeia Argola”.

4. METODOLOGIA

A base do presente relatório se deu através de uma metodologia qualitativa de pesquisa. Houve levantamento de dados e informações por meio de sistemática revisão de literatura em livros, artigos e documentos. Contudo, houve também um importante trabalho de campo que se deu através de viagem à aldeia Argola, localizada em Miranda – MS, para elaboração do projeto então enviado à Carteira Indígena.

O trabalho feito em campo se deu através do contato direto com os povos Terena de Cachoeirinha, foram realizadas reuniões com os integrantes do comitê gestor da Aldeia Argola de maneira participativa, através de dinâmica de diálogos durante o período passado em Cachoeirinha.

As reuniões ocorreram nos dias 29 e 30 de outubro de 2011 no período matutino e vespertino na Escola Extensão Felipe Antônio, da própria aldeia. Cerca de seis participantes estavam presentes nessas reuniões, eram todos homens em suma, exceto pela minha presença. Ali estava o cacique da aldeia e os responsáveis por estimar dados relativos às atividades inseridas no cronograma de etapas de realização do projeto que buscará a recuperação de antiga tradição Terena, a produção de farinha de mandioca.

Durante as reuniões com o comitê gestor da aldeia, os dados pertinentes às atividades necessárias para a execução do projeto foram discutidos entre todos os participantes e explicitados em quadro negro da escola para que todos pudessem ter uma visualização facilitada e assim opinar a fim de provocar alterações no andamento da elaboração das atividades do projeto de acordo com os interesses da população de Cachoeirinha.

Assim, foram feitos ajustes em relação a atividades propostas por todos os participantes das reuniões, quando necessário, interferi propondo algumas alterações quanto à quantidade de mudas a serem plantadas e quanto aos equipamentos pedidos para aquisição devido ao orçamento do projeto que, em tese, não deveria ultrapassar o valor de R\$ 30.000,00.

A partir das atividades definidas para aplicação do projeto na seção anterior, ocorreu busca de valores relativos aos materiais julgados necessários pelos Terena para facilitação do processo de fabricação da farinha de mandioca. Foram buscados preços junto às lojas de material de construção de Miranda e por telefone com membros da A Casa Verde em Brasília.

Houve também uma avaliação junto aos Terena da melhor localização para a construção do galpão onde seria construído o galpão destinado ao processamento da farinha de mandioca.

A partir dos dados e das informações levantadas nas reuniões, foi feita uma adequação à cultura dos Terena para definição, junto aos membros do Comitê Gestor da aldeia, do cronograma de atividades a serem inseridas no projeto e do orçamento para realização das atividades sugeridas.

A esquematização deste relatório, portanto, foi feita de acordo o projeto elaborado na Aldeia Argola e abrange dados relativos à sua implementação da futura, como iniciativa de ATER baseada nos princípios do etnodesenvolvimento junto à população de Cachoeirinha.

5. ANÁLISE

Minha viagem à aldeia Argola, entre os dias 30 e 31 de outubro de 2011 se deu em caráter emergencial, pela necessidade do projeto “Produção Sustentável de Mandioca pelos Terena da Aldeia Argola”, já iniciado junto a aldeia, ter prazo para ser enviado à CI até o dia 1 de novembro do mesmo ano.

As atividades realizadas junto ao povo Terena de Cachoeirinha foi, sem dúvida alguma, uma experiência nova dentro do meu campo de estudo, uma vez que o Agronegócio é considerado “vilão” diante dos olhos dos povos indígenas devido às inúmeras consequências advindas das disputas por terra com grandes empreendimentos agropecuários, que visam o estabelecimento de unidades produtivas sobre territórios indígenas e suas imediações.

A oportunidade de mediação junto aos Terena foi uma experiência engrandecedora, porém muito desgastante, a viagem é cansativa e cheia de limitações. Uma vez na TI de Cachoeirinha encontrei diversas dificuldades quanto à obtenção de informações para auxílio na finalização das tarefas relativas ao projeto. Por ser um fim de semana, as dificuldades foram ainda maiores devido à necessidade de encontrar o comércio aberto sempre que preciso para a elaboração do orçamento dos itens para auxílio na produção da farinha Terena. Sendo esse comércio fora da aldeia Terena, no centro de Miranda, o que demandava tempo de deslocamento quantas vezes necessárias ao dia. Outro meio possível para a obtenção de informações relativas ao orçamento, a internet, era praticamente impossível o acesso.

A aldeia Argola não possui acesso à internet, em tal tocante, foi imprescindível o contato intenso com o pessoal da A Casa Verde, em Brasília, para que estes me fornecessem por telefone preços e diversidade de equipamentos. Ainda assim o contato por telefone era complicado devido ao sinal de cobertura junto às operadoras brasileiras nas proximidades da TI Cachoeirinha, sendo muitas vezes o sinal obtido apenas no centro de Miranda.

Logo após o envio do projeto à CI, o prazo de entrega das propostas foi adiado e o prazo estipulado para o resultado modificado. Durante cinco meses reinou o velho jogo de empurra-empurra. Não era possível conseguir respostas concretas relativas ao andamento das análises dos projetos junto ao Ministério do Meio Ambiente, e tanto a organização proponente, quanto a comunidade executora tiveram que literalmente “esperar sentados” por alguma resposta.

Foram necessários cerca de cinco meses para recebimento de parecer sobre o resultado dos projetos aprovados. Somente em abril deste ano A Casa Verde recebeu o parecer com a informação de que o mesmo foi favorável ao projeto elaborado junto aos Terena, sendo o projeto aprovado com condicionantes, devendo a organização proponente fazer modificações no projeto, pois os recursos seriam liberados somente após apresentação de nova versão.

As condicionantes solicitadas foram:

- (a) adequar a proposta do projeto para garantir que atenda à linha temática prevista no edital, no que se refere ao item 3 letra H “Implementação de técnicas agroecológicas, de sistemas ou quintais agroflorestais que combinem processos produtivos tradicionais com tecnologias que favoreçam a produção agrícola;
- (b) readequar o tamanho da área a ser plantada.

Pude perceber, durante minha estadia na aldeia Argola, um pouco do que a comunidade de Cachoeirinha sofre com seu território cercado por fazendas para produção de bens oriundos do agronegócio. Em diálogos onde a pauta não era o projeto, ouvi casos de integrantes de famílias que necessitam passar temporadas fora de suas casas e longe de suas famílias pela necessidade de trabalhar fora da aldeia para sustentar suas famílias. Mesmo assim, a hospitalidade por lá foi grande; devido a minha presença mudanças foram feitas na casa da família onde me hospedei, tive total liberdade para conviver e trabalhar com Terena que tive contato.

Percebi também que a quase totalidade das famílias da aldeia Argola recebem cestas básicas do governo, assim como muitas famílias carentes no Brasil; deixando mais fácil a percepção de que o espaço destinado a estes indígenas foi apropriado indevidamente, pois as terras habitadas pelos povos indígenas são fundamentais para a continuidade de práticas produtivas, culturais e sociais dessas populações, e deveriam ser suficientes para suprir todas as necessidades advindas desses povos.

Deste modo a manutenção e utilização da terra de Cachoeirinha para fins do projeto com a plantação de mandioca assistirá o povo Terena da aldeia Argola a ter condições de trabalhar com uma atividade tradicional Terena, podendo obter uma renda mais apropriada ao alcance das necessidades de uma família, sempre se baseando no etnodesenvolvimento dessa comunidade, priorizando necessidades coletivas, valorização das tradições locais para que ocorra pleno desfrute das recompensas que a terra é capaz de proporcionar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inúmeros os benefícios de uma ATER apropriada aos povos indígenas, o mais importante conceito que aqui considero é o conceito do etnodesenvolvimento. É indispensável entender que os fundamentos indígenas relacionam-se a valores morais, éticos e religiosos tradicionais. Assim o etnodesenvolvimento e a economia indígena buscam a função de garantir o bem-estar das pessoas e das coletividades, buscando priorizar necessidades físicas, sociais e espirituais das populações indígenas; ao contrário lógica capitalista de crescimento econômico.

Desta maneira, as noções de ATER indígenas devem considerar a atuação conjunta com os povos indígenas, trabalhando de acordo com os costumes e tradições de cada etnia a fim de garantir conforto, satisfação e, principalmente, qualidade de vida a esses povos.

A utilização de conhecimentos, tecnologias e valores de outras culturas pelas populações indígenas tem o interesse de enriquecer, fortalecer e garantir a continuidade da identidade, de valores e tradições culturais desses povos. Por esta razão, os projetos voltados para os povos indígenas devem, cada vez mais, romper com qualquer estrutura de poder imposta por ideais não-indígenas, garantindo voz e autonomia às populações indígenas.

Os prováveis resultados advindos após efetuação das etapas previstas do projeto aqui apresentado trarão à comunidade indígena de Cachoeirinha benefícios positivos a todos os moradores da aldeia, como foi dito pelos próprios indígenas da comunidade Terena.

Como gestora do agronegócio, ressalto que nada estudado se comparou à realidade indígena. Logo, o projeto mediado junto à aldeia Argola trouxe consigo oportunidade única de reflexão social e ambiental diante dos acontecimentos ocorridos com tais sociedades. Considero que o acesso a respeito da realidade indígena deveria ser difundido durante a vida acadêmica do gestor para maior obtenção da consciência de defesa da preservação das particularidades dos povos indígenas, tão importantes para fortalecimento da cultura e tradição dos primeiros habitantes das terras brasileiras.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

- A CASA VERDE. *Estatuto: A Casa Verde – Cultura e meio ambiente*. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.a-casa-verde.org.br/>>. Acesso em: 15 de junho de 2012.
- ARAÚJO, André Luis de Oliveira. Contribuições a uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Indigenista. In: ARAÚJO, André Luis de Oliveira; VERDUM, Ricardo. (orgs.). *Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: o desafio da interculturalidade*. Brasília: MDA, 2010. p. 54-89.
- AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria. (orgs.). *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 29-37.
- BARRETO FILHO, Henyo. A Utilização das Terras Indígenas e a Exploração de Recursos Naturais, em Particular os do Subsolo. In: *I Encontro de Estudos: questão indígena*. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2003. p. 9-47.
- BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. *A História do Povo Terena*. Brasília: MEC, 2000.
- BRASIL. *Chamada para Projetos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (GATI)*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2011.
- BRASIL. *Diretrizes e Normas de Funcionamento da Carteira Indígena*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2009.
- BRASIL. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: MDA, 2007.
- CANDIDO, Margareth Fialho *et al.* (Agri)Cultura Terena: a produção de mandioca e seus derivados no distrito de Taunay, Pantanal (MS). In: *Anais do 5o. Encontro da Rede de Estudos Rurais*. 2012. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/Agricultura%20Terena.pdf>>. Acesso em: 18 de setembro de 2012.
- FERRARI, Helena de Souza. A Experiência de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: uma visão do gestor da política. In: ARAÚJO, André Luis de Oliveira; VERDUM, Ricardo. (orgs.). *Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: o desafio da interculturalidade*. MDA: Brasília, 2010. p. 90-114.
- FRANÇA, Gleyka de Souza. *Arranjos Produtivos Locais do Cerrado II: consolidação da Metodologia de Assistência Técnica a Gestão, Produção e Mercado para empreendimentos da agricultura familiar*. 2011. Relatório de Estágio Supervisionado

(Curso de Gestão do Agronegócio). Planaltina – DF: Faculdade UnB Planaltina. Universidade de Brasília, 2011.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Índios do Brasil*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: 14 de junho de 2012a.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Situação Fundiária Indígena*. Brasília: Diretoria de Proteção Territorial (DPT). FUNAI, 2012b.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Terra Indígena Cachoeirinha*. Brasília: Diretoria de Proteção Territorial (DPT). Brasília: FUNAI, 2003.

GARCIA, Adilso de Campos. *A Participação dos Índios Guaná no Processo de Desenvolvimento Econômico do Sul de Mato Grosso (1845-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. UFGD, 2008. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-historia/dissertacoes-defendidas>>. Dourados, 2008. Acesso em: 10 de setembro de 2012.

IBGE. *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *De olho nas Terras Indígenas*. Disponível em: <<http://ti.socioambiental.org/#!/terras-indigenas/3629>>. Acesso em: 14 de junho de 2012a.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *De olho nas Terras Indígenas: pesquisa por povo*. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://ti.socioambiental.org/#!/terras-indigenas/pesquisa/povo/270>>. Acesso em: 14 de junho de 2012b.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC, 2006.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Povos indígenas e etnodesenvolvimento no Alto do Rio Negro. In: ATHIAS, Renato; PINTO, Regina Pahim. (orgs.). *Estudos Indígenas: comparações, interpretações e políticas*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 27-44.

MIRANDA, Claudionor do Carmo; JORDÃO, Miguel. *Saberes tradicionais: alternativas para a sustentabilidade das práticas agrícolas na perspectiva dos índios Terena de Mato Grosso do Sul*. In: Tellus, ano 5, Campo Grande - MS, n. 8/9, abr./out, 2005 p. 165-173. Disponível em: <http://www.neppi.org/projetos/tellus_detalhes.php?id=353>. Acesso em: 23 de junho de 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A desintrusão das terras indígenas: problemas e desafios atuais. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington. (orgs.). *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Brasília: Editora UnB, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de, FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: MEC, 2006

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

- PAULA, Luís Roberto de. Povos indígenas e o “mercado de projetos”: desafios para o controle social de convênios e contratos. In: SOUSA, Cássio Noronha Inglês de; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de; LIMA, Antonio Carlos de Souza; MATOS, Maria Helena Ortolan (orgs.). *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento II*. Brasília: Paralelo 15, Rio de Janeiro: Laced, 2010. p. 187-200.
- RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- RIBEIRO, Darcy. *Coleção Darcy no Bolso: meus índios, minha gente*. Brasília: Editora UnB, 2010.
- ROCHA, Leandro Mendes. O Estado, as Fronteiras e os Índios no Brasil: algumas considerações. In: *I Encontro de Estudos: questão indígena*. Brasília, 2003. p. 48-130.
- SCHRODER, Peter. *Economia Indígena: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.
- VARGAS, Icléia Albuquerque de; MORAIS, Thiago Sabino; WIZIACK, Suzete Rosana de Castro. *Territorialidade e Identidade Étnica: elementos para análise dos problemas socioambientais em território Terena da Terra Indígena Buriti*. Disponível em: <<http://www.rededesaberes.org/3seminario/anais/textos/ARTIGOS%20PDF/Artigo%20GT%206-02%20-%20Icl%20E9ia%20Albuquerque,%20Thiago%20Sabino%20e%20Suzete%20Rosana.pdf>>. Acesso em: 23 de junho de 2012.
- VERDUM, Ricardo. *A Gestão Ambiental e Territorial no Brasil Indígena*. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/63947613/A-Gestao-Ambiental-e-Verdum-2006>>. Brasília, 2006. Acesso em: 23 de junho de 2012.
- VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento dos povos indígenas: a contribuição do subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria. (orgs.). *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 87-105.

8. APÊNDICES

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
COMBATE À FOME**

**Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e
Nutricional**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento
Sustentável**

**Carteira Indígena
Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável
em Comunidades Indígenas**

Produção Sustentável de Mandioca pelos Terena da Aldeia Argola

Data: 01 de novembro de 2011

Antes de preencher este Roteiro é necessária a leitura atenta do documento “**Carteira Indígena: Diretrizes e Normas de Funcionamento**”

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PROPONENTE

Nome da Organização: A Casa Verde: Cultura e Meio Ambiente

Endereço: CLN, 310 Bloco A Sala 208 – Brasília- DF

CEP: 70.756-510

Fone: (61) 3037-7790

Radiofonia: Não se aplica

E-mail: contato@a-casa-verde.org.br

Data da fundação: 2001

Número do CNPJ: 04.377.324/0001-02

Responsável pela Organização Proponente:

Nome: Carlos José Machado Menezes

Cargo: Diretor - Presidente

Endereço: SQN 202, Bloco D, Ap. 503

CEP: 70.000-000

Telefone: (61) 8126.1667

Fax:

Email: carlos@a-casa-verde.org.br

CPF e RG do responsável: CPF: 368.890.751-53 / RG: 945.483 SSP/DF

É uma organização indígena? Sim () Não (X)

Quais são as finalidades dessa organização? O que ela faz?

A Casa Verde – cultura e meio ambiente é uma entidade não governamental dedicada à defesa e valorização da diversidade cultural e ambiental, com ênfase para as expressões populares dessa diversidade. Para tanto, dispõe de uma equipe multidisciplinar, habilitada para organizar serviços de documentação e informação, realizar estudos antropológicos, geográficos, ecológicos, desenvolver metodologias apropriadas, de caráter participativo, expressivo e interdisciplinar para a produção de conhecimento relevante aos povos indígenas, comunidades

tradicionais e grupos de base comunitária e oferecer assistência técnica e extensão rural apropriada a esses segmentos, especialmente no bioma Cerrado.

Abaixo, seguem brevemente descritos alguns dos projetos realizados ou em execução da Casa Verde.

1) Vídeo-Projeto I e II atendeu a uma demanda do Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS), que há doze anos apóia projetos comunitários de uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado. O projeto baseia-se em experimentações (que integram vídeo, teatro e desenho) para o desenvolvimento de metodologia(s) participativa(s) para elaboração de projetos, que sejam de fácil compreensão e uso para comunidades tradicionais do Cerrado (indígenas, quilombolas e camponesas). Finalizada a sua primeira fase de experimentações, o projeto recebeu um refinanciamento do PPP-ECOS, para a consolidação do(s) método(s) e instrumentos elaborados, a fim de facilitar o acesso das comunidades ao PPP-ECOS.

2) Proponente e executora: A Casa Verde.

Fonte financiadora: PPP-ECOS, do *Global Environment Fund* (GEF).

Parceiros: Associação Brasileira de Apoio ao Vídeo no Movimento Social (ABRAVÍDEO), Associação Indígena Xavante da Aldeia Tanguro e Associação Xakriabá da Aldeia Barreiro Preto, comunidade do Cedro, de Mineiros, GO e Associação de Nossa Senhora do Rosário, Serra do Salitre, MG.

Situação: concluído.

3) Fomento a Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores(as) Familiares visou o fortalecimento de duas experiências de referência de mobilização social e produção sustentável no Cerrado: a Articulação Pacari de Plantas Medicinais e o Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado (CEPPEC) – uma organização dos agricultores (as) familiares assentados(as) da Reforma Agrária no Assentamento Andalucia, em Nioaque, Mato Grosso do Sul.

Proponente: A Casa Verde.

Executores: Associação Pacari e CEPPEC.

Fonte financiadora: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Situação: concluído.

4) Mercado Floresta, projeto destinado à promoção da participação de pequenos produtores e produtos do Cerrado num dos maiores eventos de comercialização de produtos oriundos do uso sustentável da biodiversidade, já realizados no Brasil: o Mercado Floresta, ocorrido em novembro de 2005, em São Paulo. Além da inserção no Mercado Floresta, o projeto realizou atividades de formação de pequenos produtores e fóruns de discussão sobre os desafios da comercialização para esses

novos produtos, integrando programas de governo, organizações não governamentais, pequenos produtores e empresas, em outros eventos.

Proponente: A Casa Verde.

Executores: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e Amigos da Terra.

Fonte financiadora: PPP-ECOS.

Situação: concluído.

- 5) Comercialização e Certificação Apropriadas de Produtos da Biodiversidade Brasileira (COMCERTA)** foi resultado do Consórcio Ecosocial (COESO) que integra outras sete entidades além da Casa Verde e visa: a) identificar barreiras de institucionais e de mercado para o uso sustentável da biodiversidade em grande escala no Cerrado; b) propor caminhos para sua superação; c) apoiar as comunidades de produtores que se encontram pressionadas por processos de degradação ambiental na região.

Proponente: A Casa Verde.

Executor: ISPN.

Fonte financiadora: PPP-ECOS.

Parceiros: Centro de Tecnologia Agroecológica de Pequenos Agricultores (AGROTEC), Centro de Agricultura Alternativa (CAA), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (CEBRAC), Instituto Internacional de Educação para o Brasil (IEB).

Situação: concluído.

- 6) Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC) I, II e III**, integraram atividades de articulação política (reuniões, manifestações, assembléias), planejamento de ações conjuntas e consolidação desse coletivo político.

Proponente: Associação Timbira Wyty-Catë (MOPIC I e II) e A Casa Verde (MOPIC III).

Executores: A Casa Verde (MOPIC I) e MOPIC (MOPIC II e III).

Fonte financiadora: PPP-ECOS (MOPIC I e II) e Rainforest Network (MOPIC III).

Parceiros: Associação Warã, CTI, Instituto Socioambiental (ISA) e ISPN.

Situação: concluído.

- 7) Rede Cerrado – Faces Brasil**, estudo de cinco experiências de economia solidária no Cerrado, para fins de balizamento de instrução normativa sobre o tema, em discussão no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

Proponentes: A Casa Verde/Rede Cerrado.

Executor: CEPPEC.

Fonte financiadora: Ministério do Trabalho e Fundação Banco do Brasil (FBB).

Parceiro: Faces Brasil.

Situação: concluído.

- 8) Cerrado no Mundo** visou estruturar as estratégias de comunicação interna e externa, viabilizar a realização de reuniões de planejamento e tomada de posições políticas da Rede Cerrado e de atividades preparatórias para sua participação na 9ª Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica (CDB) – a COP 9, que será realizada em maio de 2008, na Alemanha.

Proponente: Instituto Vidágua/Rede Cerrado.

Executores: A Casa Verde, Instituto Vidágua e CEPPEC.

Fonte financiadora: PPP-ECOS.

Situação: concluído.

- 9) II Encontro dos Povos das Florestas** referiu-se à participação da Rede Cerrado no evento realizado em setembro. O projeto viabilizou a montagem da instalação “Caixa Preta do Cerrado” e de uma exposição sobre os Povos do Cerrado, além da realização de uma mostra de vídeos e mesas redondas sobre temas como mudanças climáticas, povos indígenas, plantas medicinais e comércio justo e economia solidária.

Proponente: CEPPEC/Rede Cerrado.

Executora: A Casa Verde.

Fonte financiadora: Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE).

Situação: concluído.

- 10) Arranjos Produtivos Locais do Cerrado – APLs do Cerrado I e II** projetos dirigidos à adaptação e aplicação de metodologia de assistência técnica especializada em gestão, produção e mercado, junto a 40 empreendimentos da agricultura familiar, distribuídos na área nuclear do bioma Cerrado.

Proponente e executora: A Casa Verde.

Fonte financiadora: MDA, PPP-Ecos e Comunidade Europeia.

Parceiros: AGROTEC, ASSEMA, CAA-NM, CAV, Central do Cerrado, CENTRU, CEPPEC, Cooperfruto, FASE-MT, ISPN e Universidade de Brasília (UnB).

Situação: APLs do Cerrado I: concluído; APLs do Cerrado II: em execução.

- 11) Iniciativas Econômicas Sustentáveis em Terras Indígenas do Cerrado** visa prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em 04 Terras Indígenas do Cerrado (dos Povos Krahô, Terena, Xavante e Xerente), através do diagnóstico e elaboração participativa de Planos de Melhorias de Iniciativas Econômicas Sustentáveis.

Proponente e executora: A Casa Verde.

Fonte financiadora: MDA.

Parceira: MOPIC.

Situação: em execução.

- 12) Ofício de Raizeiros e Raizeiras do Cerrado.** Trata-se de uma pesquisa participativa sobre os saberes e fazeres que constituem o ofício de raizeiras e raizeiros do Cerrado. O objetivo é conhecer a realidade desse ofício, ou seja, como raizeiras e raizeiros aprendem a manejar e fazer o uso das plantas medicinais; o que pensam e sentem em relação às suas práticas de cura; qual o papel das rezas e benzições; como é feito o preparo dos remédios; quais os principais desafios, hoje, para a continuidade do ofício, dentre outros aspectos. Os resultados da pesquisa deverão ser submetidos ao Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que arbitrará se o Ofício de Raizeiros e Raizeiras do Cerrado pode ser reconhecido como um bem cultural de natureza imaterial do Brasil.

Proponente: A Casa Verde.

Executoras: A Casa Verde e Articulação Pacari de Plantas Medicinais.

Fonte financiadora: IPHAN.

Situação: em execução.

- 13) Capacitação e Gestão em Rede para o Fortalecimento dos Empreendimentos Socioeconômicos Familiares do Cerrado – Gestão em Rede** visa consolidar as iniciativas de produção sustentável com base na sociobiodiversidade do Cerrado, capitaneadas pela Pacari e Ceppec, de modo a aprimorar as respectivas cadeias produtivas (de fitocosméticos e de frutos nativos do Cerrado), garantindo a sua plena inserção no mercado e a replicação de lições junto a outros grupos de famílias de agricultores/as e agroextrativistas, nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Proponente: A Casa Verde.

Executoras: A Casa Verde, Pacari e CEPPEC.

Fonte financiadora: MDA.

Situação: em execução.

A organização costuma trabalhar com parceiros? Sim (X) Não () Em caso positivo quais parceiros?

Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado; CEPPEC, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Central do Cerrado, Rede Cerrado, Universidade de Brasília, AGROTEC, ASSEMA, CAA-NM, CAV, CENTRU, Cooperfruto, FASE-MT.

A organização já recebeu recursos para projetos? Sim (X) Não ()

Em caso positivo, de quais Instituições?

- ✓ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA),
- ✓ Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN);
- ✓ Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos);
- ✓ Comunidade Europeia;
- ✓ Fundo de Apoio à Cultura (FAC) do Distrito Federal,
- ✓ Funarte;
- ✓ Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE);
- ✓ Ministério do Trabalho;
- ✓ Fundação Banco do Brasil (FBB);
- ✓ Rainforest Network;
- ✓ Ministério da Cultura (MINC);
- ✓ Caixa Econômica Federal (CEF);
- ✓ Secretaria de Políticas Especiais para Mulheres (SPM), da Presidência da República.

Já recebeu algum apoio desta Carteira? Sim () Não (X)

2. IDENTIFICAÇÃO DA TERRA INDÍGENA

Terra Indígena (TI): Cachoeirinha - MS

Quais são os povos/etnias existentes na TI? Terena

Quantas aldeias a TI possui? 6 aldeias - Babaçu, Argola, Morrinho, Cachoeirinha, Lagoinha e Mãe Terra.

Qual a população estimada da TI? 2.960 (Fonte: FUNAI) e 3517 (Fonte: Funasa)

Município: Miranda

Estado: MS

Regional da FUNAI que atende à TI: Campo Grande

Distrito Sanitário que atende à TI: Campo Grande

3. IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE EXECUTORA (a comunidade executora é formada pelas famílias/pessoas que participarão do projeto)

Nome da comunidade (s)/aldeia (s) executora: Aldeia Argola

Quais povos/etnias participarão do projeto? Terena

Quantas famílias serão beneficiadas pelo projeto?

21 famílias, de forma direta e 125 famílias, de forma indireta.

Quantas pessoas serão beneficiadas pelo projeto? 84 pessoas de forma direta e 561 pessoas, de forma indireta.

Informe a faixa etária e gênero das pessoas que serão beneficiadas com o projeto (de forma direta e indireta):

Nº de crianças	220
----------------	-----

Nº de homens	188
--------------	-----

Nº de adultos	379
Nº de idosos	46
TOTAL	645

Nº de	191
mulheres	
TOTAL	379

Número de escolas que a comunidade possui: 01 escola

A Comunidade recebe apoio da prefeitura, do governo estadual, federal, ou de organizações não governamentais ou do setor privado para a resolução dos problemas?

Sim (x) Não ()

Em caso positivo, que tipo de apoio?

A Aldeia Argola recebe apoio da prefeitura na área de educação, com merenda escolar, energia elétrica e manutenção da escola; na área da saúde, com atendimento médico; do governo estadual para educação alocamento de professores e recebimento de cestas básicas. Pelo Governo Federal, a aldeia recebe Bolsa Família e Programa Luz para Todos.

A Comunidade recebe Cestas Básicas? Sim (X) Não ()

Em caso positivo: Quantas?_146_ Há quanto tempo recebe esse auxílio?_10 anos_

Há pessoas da comunidade recebendo Bolsa Família? Sim (X) Não ()

Em caso positivo: Quantas?_Não foi possível apurar.

Nomes das pessoas na comunidade responsáveis pela execução do projeto (não pode ser a mesma pessoa responsável pela organização proponente):

Indicar nomes e contatos (telefones e emails das pessoas):

Nome	E-mail	Telefone
Aguinaldo Raiol Martins	agnaldoterena@mopic.org.br	67 96574372
Genésio Farias		67 96522964
Edson Candelário		67 96493725
Rildo da Silva		67 99645798

4. RELAÇÃO DA PROPONENTE COM A COMUNIDADE EXECUTORA

Por que solicitaram o projeto por meio desta organização proponente?

A aldeia Argola solicitou à Casa Verde - cultura e Meio Ambiente para ser proponente, uma vez que esta instituição já é parceira do povo Terena, por meio da execução do projeto “Iniciativas Econômicas Sustentáveis nas Terras Indígenas do Cerrado” junto ao Ministério

do Desenvolvimento Agrário – MDA, cujo objetivo é prestar Assistência Técnica e Extensão Rural em 04 Terras Indígenas do Cerrado, através do diagnóstico e elaboração participativa de Planos de Melhorias, visando o fortalecimento dessas iniciativas, bem como das respectivas organizações indígenas gestoras. Entre os Terena, o projeto “Iniciativas Econômicas” enfoca a produção de cerâmica.

A comunidade executora não dispõe de associação e as organizações indígenas existentes na T.I. Cachoeirinha estão irregulares e inativas, dado a falta de assessoria e capacitação de seus membros. Portanto, uma das contrapartidas da Casa Verde, compatível com os objetivos do presente edital, será a realização de capacitações junto aos Terena de Cachoeirinha, na área de gestão associativa, elaboração de projetos e políticas públicas. As capacitações estão previstas para ocorrer no âmbito no projeto “Iniciativas Econômicas Sustentáveis nas Terras Indígenas do Cerrado”, o que não acarretará em custos para a proposta que segue, caso seja aprovada.

O presente projeto enfoca, por sua vez, a produção de farinha de mandioca, de modo a diversificar as frentes de geração de trabalho e renda da famílias terena da Aldeia Argola, bem como para promover a segurança alimentar dessa comunidade.

Qual a relação que têm com a proponente? Contem um pouco da história desta parceria.

A relação de parceria entre A Casa Verde e o povo Terena da T.I. Cachoeirinha, iniciou-se em 2006, por meio da inserção dos Terena na MOPIC - Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado. A Casa Verde prestou assessoria, nos anos de 2006 e 2007, à MOPIC, auxiliando em atividades de articulação política (reuniões, manifestações, assembleias), planejamento de ações conjuntas e consolidação desse coletivo político. Um dos desdobramentos significativos dessa parceria, foi a elaboração, em 2009, do projeto acima referido, “Iniciativas Econômicas Sustentáveis nas Terras Indígenas do Cerrado”, que tem como um dos públicos beneficiários a T.I. Cachoeirinha, através das aldeias: Cachoeirinha, Argola e Babaçu. O projeto está em execução e tem como foco a cerâmica Terena.

A Comunidade já executou algum projeto antes? Sim (X) Não ()

Em caso positivo: Qual ou quais? Com que parceiros e apoios?

Foi executado um projeto no âmbito da Fundação Cultura (MS), no qual houve o registro por meio de fotos e vídeo sobre o processo produtivo da cerâmica Terena. O projeto foi paralisado em decorrência de problemas na prestação de contas, o que impediu a liberação da parcela subsequente. O Centro de Trabalho Indigenista – CTI auxiliou na fundação da Associação Aiteca e também apoiou iniciativa envolvendo a cerâmica Terena.

5. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

5.1. SÍNTESE

Título do projeto: Produção Sustentável de Mandioca pelos Terena da Aldeia Argola

Em quais das linhas prioritárias da Carteira Indígena este projeto se enquadra?

- Apoio a Atividades Econômicas Sustentáveis.
- Apoio à realização e fortalecimento de práticas, rituais e saberes tradicionais associados à autossustentação econômica dos povos indígenas.
- Apoio à gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas.
- Fortalecimento institucional das organizações e associações comunitárias indígenas.

Resumo do Projeto (apresentar objetivos, atividades, benefícios e principais resultados – não ultrapassar 10 linhas).

O projeto PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE MANDIOCA PELOS TERENA DA ALDEIA é uma iniciativa da aldeia Argola que visa recuperar aspectos da tradição Terena relacionados ao cultivo e a produção da farinha de mandioca. A proposta tem como finalidade a auto sustentação comunitária e o escoamento dos produtos, entre os Terena, e por meio da comercialização em mercados externos.

As atividades inseridas no projeto consistem em:

- 1) aragem do solo,
- 2) adubagem,
- 3) plantio das mudas de mandioca,
- 4) colheita,
- 5) processamento da mandioca para produção de farinha,
- 6) embalagem e escoamento da produção.

Os benefícios do projeto serão suscitados através do: 1) fortalecimento da cultura Terena, 2) recuperação de solo (até então não utilizado), por meio do conhecimento de técnicas de plantio e 3) circulação e escoamento dos produtos entre as aldeias e mercados externos. Serão considerados para comércio, além da mandioca e da farinha, outros produtos e comidas

típicas que fazem parte da culinária tradicional Terena.

Valor total solicitado à Carteira Indígena: R\$29.517,07

Qual a contrapartida, ou seja, os recursos próprios que a proponente e a comunidade colocará à disposição para executar o projeto?

Contrapartida da proponente:

Infraestrutura:

- ✓ 1 sala
- ✓ 2 computadores,
- ✓ 1 impressora,
- ✓ 1 scanner
- ✓ 1 máquina fotográfica,
- ✓ 1 máquina filmadora.

Recursos humanos:

- ✓ 4 profissionais voluntários, a saber: 2 técnicas de nível superior em antropologia, 1 técnica de nível superior em administração, 1 técnica de nível médio em gestão de agronegócio.

Atividades

- ✓ Capacitação: Realização de 03 oficinas, em Brasília, sobre os seguintes temas: gestão associativa, elaboração e execução de projetos e políticas públicas (PAA, Alimentação Escolar, Programa de Garantia de Preço Mínimo). As oficinas terão duração de 3 dias e capacitarão 05 indígenas Terena.

Contrapartida da comunidade:

Infraestrutura

- ✓ 1 computador
- ✓ 1 impressora
- ✓ 1 bloco de folha sulfite
- ✓ Trator para preparo do solo

Recursos humanos:

- ✓ 4 voluntários indígenas para elaboração do projeto,
- ✓ 10 voluntários indígenas para construção da farinha.

Tempo de Duração (em meses): 18 meses

5.2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Contexto (neste espaço deve ser feita uma apresentação da comunidade onde será realizado o projeto):

Resumo da sua história; Como vivem os seus membros atualmente. Quais as condições ambientais da terra em que vivem (se há problemas com o solo, poluição de rios,

desmatamento, escassez de recursos florestais, etc.); Que atividades produtivas desenvolvem para obter o que precisam para se alimentar.

Grande parte dos problemas ambientais e de abastecimento alimentar da aldeia Argola estão relacionados a questão fundiária da T.I. Cachoeirinha que vive situação de conflitos iminentes entre indígenas e pecuaristas. Ocupações indígenas levaram a experiências de reintegração de posse, como no caso da Fazenda Petrópolis em 2010. Como em outras TIs Terena, a contraposição de políticos é intensa, não só pela inclinação do governo estadual (e por vezes o municipal) em se colocar como porta-voz dos latifúndios existentes no MS, como também pelo fato de que famílias ocupantes de fazendas no entorno da TI são de grande influência política, havendo, entre elas, integrantes do cenário político estadual e federal.

A prática da agricultura é fundamental em termos de subsistência e atividade econômica, porém como os Terena estão confinados em áreas exíguas, tal atividade está comprometida em decorrência da exaustão do solo. Matérias primas essenciais para a produção da cerâmica, que também constitui atividade econômica de suma relevância, também sofrem a consequência da restrição territorial. Os diferentes tipos de argila para confecção das peças estão escassas, já que são poucos os locais de coleta.

Identificação do problema (justificativa do projeto)

Qual o principal problema (ou problemas) que a comunidade enfrenta para garantir sua segurança alimentar e seu desenvolvimento sustentável? Por que este projeto é importante? Em que medida pode ajudar a solucionar ou diminuir esse problema, ou esses problemas?

Os Terena não dispõem de assistência técnica apropriada, por parte de agrônomos, para trabalhar a questão premente do solo exaurido. Atualmente, só é possível plantar macaxeira, já que, de acordo com os indígenas, nem arroz e feijão nascem mais.

É importante salientar que a restrição territorial gera baixa expectativa comunitária com relação à geração de renda e a consequente evasão de indígenas para trabalhar em fazendas do entorno e em usinas no corte de cana. Tais fatores vêm suscitando discussões internas nas comunidades, que criaram recentemente uma iniciativa que consiste na realização de uma feira semanal, principalmente de produtos agrícolas, dentro da Terra Indígena. Esta ação, acreditam os Terena, tende a resolver a problemática concernente a circulação dos produtos alimentícios, já que há produção, porém há dificuldade de escoamento. Está em pauta a criação de uma moeda Terena (pehu).

O projeto tende a aprimorar e fortalecer a iniciativa da feira comunitária, levada a cabo pelos Terena, bem como a participação em feiras municipais, estaduais e nacionais, tais como a FENAFRA, que é a Feira Nacional de Agricultura Familiar, cuja participação dos Terena já vem sendo articulada no âmbito do projeto Iniciativas Econômicas Sustentáveis nas Terras Indígenas do Cerrado.

Espera-se que a contratação de um técnico especializado na recuperação de solos, como previsto no presente projeto, contribua para solucionar os problemas concernentes à prática agrícola. Tais fatores tendem a contribuir com a geração de renda das comunidades, provendo melhores condições de subsistência e comercialização, com vistas a participação em feiras e acesso à políticas públicas como o PAA e o PNAE.

Há outras atividades – projetos, ações – sendo desenvolvidas na mesma comunidade para tentar resolver os mesmos problemas? Sim (X) Não ()

O governo do estado do Mato Grosso do Sul articulou, junto aos indígenas, um projeto na área de produção de alimentos. Contudo, o governo enviou as mudas após a época do plantio e tanto o óleo para preparar a terra quanto os tratores chegaram também com atraso.

Está em curso, como já mencionado o projeto Iniciativas Econômicas Sustentáveis nas Terra Indígenas do Cerrado, cuja proposta, de modo geral, é agregar valor à cerâmica Terena, com vistas a aumentar o escoamento dos produtos.

Quais benefícios sociais o projeto trará para a comunidade?

Os benefícios sociais estão relacionados ao aprimoramento do processo de autonomia do povo Terena, no sentido de criar condições para geração de renda das comunidades, por meio de iniciativas que envolvam e sejam geridas integralmente pelos seus membros, evitando assim, que muitos indígenas se submetam a trabalhos precários nas fazendas do entorno e deixem suas terras rumo às periferias de Campo Grande. As mulheres da comunidade participarão do projeto através criação de pratos, típicos, como o Beiju (hîhi) para comercialização interna e possível participação em feiras, tanto dentro da comunidade, como fora dela; resgatando assim as atividades culinária deixadas pra trás com o passar dos anos.

Quais benefícios ambientais o projeto trará para a comunidade?

Explicar quais os ganhos ambientais que o projeto vai trazer, seja em ações de proteção, de recuperação ambiental ou outras formas.

A questão ambiental será enfocada, por meio da contratação de uma engenheira agrônoma, especializada na recuperação e adubação orgânica de solos, o que gerará benefícios ambientais a médio, longo prazo para os Terena, que têm no plantio de diversas espécies a principal fonte de subsistência e atividade econômica.

O plantio de 20 hectares de mandioca será realizado com o uso de técnicas de consorciamento e adubagem verde, na perspectiva de promover uma conversão agroecológica dos produtores terena.

Como esses benefícios ambientais e sociais serão mantidos depois do final do projeto?

Aqui é importante a comunidade definir uma estratégia para manutenção dos benefícios alcançados, a partir do momento em que não haverá mais o apoio financeiro da CI ao projeto.

O plantio, colheita e processamento da mandioca será acompanhada por um técnico agrícola local e o monitoramento de técnicos de diferentes especialidades da Casa Verde (administração, engenharia de alimentos etc.). Porém, depois de concluída a implantação da Casa de Farinha, essa unidade produtiva será integralmente gerida pelos integrantes da comunidade. Espera-se que as soluções implementadas pela especialista em solo, ofereça para os Terena, no médio a longo prazo, a possibilidade e as condições para voltarem a plantar a variedade de espécies que estavam habituados.

Do ponto de vista da sustentabilidade econômica deste empreendimento, é importante salientar que os Terena vêm buscando, por conta própria, alternativas para soluções dos problemas que vêm enfrentando, tais como a criação da feira dentro da Terra Indígena para circulação da mercadoria, além de articulações externas (como, por exemplo, Economia Solidária) para participação em feiras estaduais e nacionais, visando o escoamento de seus produtos.

O que o projeto vai fazer, ou como vai contribuir, para o fortalecimento institucional da organização ou da associação indígena?

Por meio de capacitação na área de gestão associativa, elaboração de projetos e acesso a políticas públicas, atividade que ocorrerá no âmbito do projeto Iniciativas Econômicas Sustentáveis nas Terras Indígenas do Cerrado, como contrapartida da organização proponente.

3.13. Quais os resultados que se pretende alcançar com o Projeto?

Neste item a proponente deverá descrever minuciosamente na tabela, os resultados, as atividades e os indicadores propostos para o projeto. Tente construir resultados e indicadores mensuráveis (que podem ser medidos) e/ou verificáveis (que podem ser constatados numa visita técnica ou através de depoimentos, entrevistas com a comunidade etc.).

Resultados Esperados	Atividades	Indicadores
1. Solo preparado para receber a lavoura de mandioca	1.1. Preparação do Solo – Aragem	21 hectares de lavoura
	1.2. Adubagem e Plantio das Ramas de Mandioca	210.000 Ramas de mandioca
2. Galpão para processamento da mandioca instalado	2.1. Levantamento da estrutura	60 m²
	2.2. Instalação do Telhado	60m²
3. Farinha de mandioca produzida e comercializada	3.1 Limpeza	150 Kg/mês de farinha de mandioca
	3.2 Ralagem	
	3.3 Prensa	
	3.4 Torragem	
	3.5 Embalagem	

6. CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1. Assistência Técnica

O Projeto vai precisar de assistência técnica especializada? Sim (X) Não ()

Em caso positivo, quantos profissionais serão contratados? 02 profissionais.

Outros técnicos de A Casa Verde (sob as expensas da entidade) também prestarão assessoria aos técnicos contratados, sobretudo em aspectos relativos ao diálogo intercultural, à estruturação e gestão de empreendimentos comunitários.

Qual é o perfil (formação/experiência/área de atuação) destas instituições e profissionais?

Serão contratados: 01 engenheira agrônoma, especializada em fertilidade do solo e nutrição de plantas, nível de pós-graduação; 01 técnico agropecuário indígena, residente na TI Cachoeirinha (ver currículos anexos).

Quais atividades eles desenvolverão?

Um dos técnicos auxiliará a comunidade no que se refere ao local onde será construído o empreendimento e acompanhará o processo de preparo do solo, plantio e colheita da mandioca, construção e implantação da farinha.

Outra técnica prevista será uma engenheira agrônoma, atuará na resolução dos problemas relativos à exaustão do solo para plantio, realizando uma análise prévia e participativa do solo, o planejamento e execução das atividades de recuperação e o posterior monitoramento das atividades de plantio e colheita. Para a recuperação e adubação do solo serão consideradas alternativas, como o consorciamento de plantas condicionadoras que funcionarão como opção de adubo verde para o fornecimento de nutrientes, principalmente o nitrogênio.

Qual o tempo de duração da assistência técnica?

O técnico agrícola terá atuação de médio prazo, pois acompanhará, junto à comunidade, o preparo do solo, o plantio e a construção e implantação da farinha, enquanto a engenheira agrônoma terá atuação mais pontual, no início do projeto e, mais tarde, apenas em atividades de monitoramento.

Há técnicos indígenas qualificados disponíveis para realizar o trabalho?

Sim, há um técnico em agropecuária Terena, Morador de Cachoeirinha que acompanhará o desde o preparo do solo até a colheita e processamento da mandioca.

6.2 Capacitação

O Projeto vai precisar de atividades de capacitação? Sim (X) Não ()

As capacitações previstas serão custeadas pelo projeto “Iniciativas Econômicas Sustentáveis nas Terras Indígenas do Cerrado”, como contrapartida da organização proponente.

Qual o perfil (formação/experiência/área de atuação) do instrutor?

Técnicos com formação e especializados em gestão de empreendimentos comunitários, políticas públicas para o desenvolvimento agrário, engenharia de alimentos, economia solidária e comércio justo, cooperativismo.

Quantas pessoas serão capacitadas?

A princípio, a capacitação está prevista para 05 indígenas Terena.

7. CRONOGRAMA - QUAL A DURAÇÃO PREVISTA PARA CADA UMA DAS ATIVIDADES?

Para fazer o cronograma, é preciso marcar, na tabela abaixo, o número de meses que serão necessários para fazer cada uma das atividades. Lembre-se que algumas coisas têm que acontecer antes de outras. Por exemplo, primeiro tem que se preparar a terra, para depois plantar. É muito importante verificar também o calendário agrícola da região da Terra Indígena para saber os meses certos para fazer as atividades.

CRONOGRAMA

ATIVIDADES	MESES																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1.1 Análise do solo	X																	
1.2 Preparação do Solo – Aragem	X	X																
1.3 Adubagem e Plantio			X															
2.1. Levantamento da estrutura do galpão							X											
2.2. Instalação do telhado								X										
2.3 Compra e instalação dos equipamentos									X	X								
3.1 Limpeza												X	X	X	X	X	X	X
3.2 Ralagem												X	X	X	X	X	X	X
3.3 Prensa												X	X	X	X	X	X	X
3.4 Torragem												X	X	X	X	X	X	X
3.5 Embalagem												X	X	X	X	X	X	X
4. Escoamento												X	X	X	X	X	X	X

8. ORÇAMENTO DO PROJETO

Neste item devem ser discriminados todos os insumos e materiais que serão adquiridos para realizar cada uma das atividades previstas; qual o custo de cada item a ser adquirido, e em que elemento de despesa estes custos se enquadram.

Atenção: recomendamos consultar as instruções ao final deste Roteiro antes de preencher a planilha. Recomendamos também consultar o documento “Carteira Indígena: Diretrizes e Normas de Funcionamento”, a fim de ter clareza sobre o que pode e o que não pode ser solicitado.

8.1. Orçamento do projeto por atividade

Atenção: no projeto deverá constar uma tabela para cada atividade a ser desenvolvida. As atividades de capacitação, assistência técnica e apoio à execução deverão ter cada uma, sua própria tabela, com todos os detalhes de orçamento exigidos abaixo. Não há limite de valor para as atividades de capacitação e assistência técnica. Mas, a atividade de apoio à execução não poderá exceder a 10% do total dos recursos solicitados. As atividades descritas no orçamento devem ser as mesmas atividades descritas na tabela de “resultados, atividades e indicadores”.

ATIVIDADE 1.1. Análise e preparo do solo – aragem (trator)				
Insumos	Quantidade	Preço Unitário	Total (R\$)	Elemento de despesa
Diesel para trator	1260 litros	R\$ 2,40/litro	R\$3024,00	Material de consumo
Filtro de combustível	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00	Material de consumo
Filtro de combustível	2	R\$ 36,00	R\$ 72,00	Material de consumo
Filtros hidráulico	2	R\$ 100,00	R\$ 200,00	Material de consumo
Óleo de Motor	27 litros	R\$ 10,00/litro	R\$ 270,00	Material de consumo
Óleo hidráulico	6 galões de 20 litros	R\$ 380,00/galão	R\$ 2280,00	Material de consumo
VALOR TOTAL SOLICITADO PARA ATIVIDADE			R\$ 5.886,00	

ATIVIDADE 1.2. Adubagem e Plantio				
Insumos	Quantidade	Preço Unitário	Total (R\$)	Elemento de despesa
Adubo Orgânico	126 sacas de 50 kg	R\$ 65,90/saca	R\$8.303,40	Material de consumo
Ramas de mandioca	105.000	R\$ 200,00/caminhão	R\$ 200,00	Material de consumo
Frete caminhao	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00	Transporte
VALOR TOTAL SOLICITADO PARA ATIVIDADE			R\$ 9.103,40	R\$ 200,00

ATIVIDADE 2.1. Levantamento da estrutura (galpão para processamento da mandioca)				
Insumos	Quantidade	Preço Unitário	Total (R\$)	Elemento de despesa
Cimento	15	R\$ 25,00	R\$ 375,00	Obras e instalações
Cascalho Fino M3	4	R\$ 50,00	R\$ 200,00	Obras e instalações
VALOR TOTAL SOLICITADO PARA ATIVIDADE			R\$ 575,00	

ATIVIDADE 2.2 Instalação do Telhado				
Insumos	Quantidade	Preço Unitário	Total (R\$)	Elemento de despesa
Telha Amianto 366x110x6MM	24	R\$ 63,90	R\$ 1533,60	Obras e instalações
Parafuso para telha completo 110MM	72	R\$ 0,60	R\$43,20	Obras e instalações
Porca Sextavada 5/16	60	R\$ 0,06	R\$ 3,60	Obras e instalações
Arruela Lisa 5/16	60	R\$ 0,07	R\$ 4,20	Obras e instalações
Arruela Roscada 5/16	3	R\$ 2,70	R\$ 8,10	Obras e instalações
Viga 5,5x11,5 Currupicha	70	R\$ 11,35	R\$ 794,50	Obras e instalações
Viga 5,5x11,5 Cambara	5	R\$ 11,35	R\$ 56,75	Obras e instalações

Telha Capa	28	R\$ 2,00	R\$ 56,00	Obras e instalações
Viga 5,5x11,5 Canelão	66	R\$ 11,35	R\$ 749,10	Obras e instalações
Chapa de Ferro para emenda	5	R\$ 31,90	R\$ 159,50	Obras e instalações
Prego 17x21	1Kg	R\$ 8,90	R\$ 8,90	Obras e instalações
Broca para Mourão 5/16	1	R\$ 31,00	R\$ 31,00	Obras e instalações
Prego 22x48 Gerdau 1Kg	2	R\$ 8,90	R\$ 17,80	Obras e instalações
Chapa emenda meia lua 50cm	5	R\$ 28,90	144,50	Obras e instalações
Beral 2,5x15 Copiuba	55	R\$ 6,46	355,30	Obras e instalações
VALOR TOTAL SOLICITADO PARA ATIVIDADE			R\$ 3.966,35	

ATIVIDADE 3.2. Ralagem				
Insumos	Quantidade	Preço Unitário	Total (R\$)	Elemento de despesa
Raladora de Mandioca	2	R\$ 249,90	R\$ 249,90	Equipamento
VALOR TOTAL SOLICITADO PARA ATIVIDADE			R\$ 499,80	

ATIVIDADE 3.3. Prensa				
Insumos	Quantidade	Preço Unitário	Total (R\$)	Elemento de despesa
Prensa 10 ton	1	R\$ 526,82	R\$ 526,82	Equipamento
VALOR TOTAL SOLICITADO PARA ATIVIDADE			R\$ 526,82	

ATIVIDADE 3.4. Torragem				
Insumos	Quantidade	Preço Unitário	Total (R\$)	Elemento de despesa
Tacho para torragem	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00	Equipamento
VALOR TOTAL SOLICITADO PARA ATIVIDADE			R\$ 700,00	

ATIVIDADE 3.5. Embalagem				
Insumos	Quantidade	Preço Unitário	Total (R\$)	Elemento de despesa
Embalagens	120 pacotes	R\$ 3,00	R\$ 360,00	Material de consumo
VALOR TOTAL SOLICITADO PARA ATIVIDADE			R\$ 360,00	

ATIVIDADE Assistência Técnica				
Insumos	Quantidade	Preço Unitário	Total (R\$)	Elemento de despesa
Argemiro Turíbio	4 meses	R\$ 600,00	R\$ 2.400,00	Serviço de Terceiros
Lídia Tarchetti Diniz	60 horas-técnicas	R\$50,00	R\$3.000,00	Serviço de Terceiros
Passagens	04	R\$500,00	2.000,00	Transporte
Hospedagem e alimentação	10	R\$50,00	500,00	Diárias
VALOR TOTAL SOLICITADO PARA ATIVIDADE			R\$ 7.900,00	

8.2 . RESUMO DO ORÇAMENTO POR RESULTADOS/ATIVIDADES

TOTAL DE DESPESAS COM AS ATIVIDADES (1.1, 1.2, 2.1, 2.2,etc)	R\$21.617,07
---	---------------------

TOTAL DE DESPESAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA	R\$7.900,00
TOTAL DE DESPESAS COM EXECUÇÃO DO PROJETO	R\$2.000,00
TOTAL FINAL DO PROJETO	R\$31.517,07

8.3. RESUMO DO ORÇAMENTO POR ELEMENTO DE DESPESA

<i>Elementos de despesa</i>	<i>Valor (R\$)</i>
Material de consumo	R\$ 14.749,40
Transporte e locomoção	R\$ 2.600,00
Obras e instalações	R\$ 4.541,35
Veículos, máquinas e equipamentos.	R\$ 1.726,62
Despesas com execução do projeto	R\$2.000,00
Assistência técnica	R\$ 5.400,00
Diárias	R\$ 500,00
TOTAL	R\$ 31.517,07

8.4. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Projetos no valor de até R\$ 50.000,00 poderão ser pagos em única parcela.

Vale lembrar que organizações e associações indígenas sem experiência só poderão apresentar um único projeto e, obrigatoriamente, do tipo A: até R\$ 50.000,00.

Atividades da Parcela Única

Atividades	Valor Total (R\$)	Tempo de Execução (meses)															
Análise e preparo do solo	R\$ 5.886,00	X	X														
Adubagem e Plantio	R\$ 9.103,40			X													
Levantamento da estrutura (galpão para processamento da mandioca)	R\$575,00								X	X							
Instalação do Telhado	R\$ 3.966,35								X	X							
Ralagem	R\$ 499,80												X	X	X		
Prensa	R\$ 526,82												X	X	X		
Torragem	R\$ 700,00												X	X	X		
Embalagem	R\$ 360,00												X	X	X		
Assistência técnica	R\$ 7.900,00	X	X	X	X	X	X										
TOTAL		1° ao 12° mês de execução															

Local e data:

Assinatura do responsável pela instituição proponente:

Assinatura dos responsáveis pela comunidade ou organização executora:

ATENÇÃO! ENTREGAR JUNTO COM O PROJETO OS DOCUMENTOS LISTADOS NO ANEXO 3 DESTE ROTEIRO. RUBRICAR TODAS AS PÁGINAS DO DOCUMENTO DO PROJETO.

ENDEREÇO PARA ENTREGA DE PROJETOS:

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Carteira Indígena

Esplanada dos Ministérios, Bl. B sala 751

70.068-901 – Brasília/DF

endereço eletrônico: carteira.indigena@mma.gov.br

Telefones: (61) 2028 1010/1203

FAX: (61) 2028-1048